

Temer subestimou o tamanho da encresca

Espectro assombra reforma ministerial: "Sem foro, é Moro!"

Marcelo Camargo - ABR

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.589 17 a 21 de Novembro de 2017



Entre o poder e a prisão, alvos da Lava Jato se agarram aos cargos para não perder o foro privilegiado

Temer anunciou uma reforma ministerial. Jucá, em seguida, disse que 17 ministros seriam trocados. O furdunço se estabeleceu na chamada "base governista". Ministros se agarravam a seus cargos como náufragos a um pedaço de madeira. Todos com medo de perder o privilégio do foro – isto é, o privilégio de serem julgados pelo STF, o que, devido à velocidade da tramitação naquela instância, é quase uma garantia de impunidade. Perder o foro privilegiado significa ir para a primeira instância, com juízes como Moro, Vallisney e Bretas. E isso é tudo o que eles não querem. Com um ministério que mais parece uma galeria de réus da Lava Jato – e parece isso porque é isso o que ele é – Temer recuou da reforma ministerial, cujo objetivo era comprar deputados e partidos para votarem no ataque à Previdência. **Pág. 3**

Depois de tirar o dele da reta, o escorpião passou a achar que no dos outros é refresco

Depois de se livrar duas vezes de ser processado no STF, devido a ministros e deputados que se sujaram publicamente – ainda mais do que já estavam sujos –, Temer quis lançar todos ao mar, para servir aos bancos e escroques financeiros acoitados por Meirelles. **Página 3**

I
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Gasolina sobe pela 7ª vez só em novembro
Leia na pág. 2

Nilson: é catastrófico investimento cair a menos da metade de 2014

‘Quando o governo para de investir, ninguém mais investe. País está engessado’

Reginaldo Pimenta - Estação

Segundo o economista, a situação econômica do Brasil “é catastrófica”. “Em 2014, os investimentos públicos estavam na casa dos 228 bilhões de reais”. “Para este ano de 2017, a previsão é de que os investimentos públicos continuem em queda e fiquem na casa dos 129 bilhões. Para 2018, a previsão orçamentária é de apenas 98 bilhões”. **P.2**



Procuradoria pede bloqueio de 154 milhões dos Picciani

Para o MP, família Picciani está diretamente “envolvida nos atos de corrupção e os que se relacionam com a lavagem de ativos”. **P. 4**



Para Randolfe, nada mais anti republicano que líder de quadrilha na Presidência

O senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) disse na quarta-feira, feriado da proclamação da República, que esse governo “em nada se assemelha ao ideal republicano, com um líder de quadrilha como Michel Temer ocupando a Presidência”. **Página 3**

Líbano considera que seu premier está preso pela Arábia Saudita

“Consideramos que o primeiro-ministro Hariri está preso pela Arábia Saudita”, afirmou o presidente libanês, Michel Aoun, acrescentando que a detenção dele “é uma agressão ao Líbano”. **P. 6**



Sete vezes Corinthians!

Com uma virada emocionante sobre o Fluminense, o Timão arrancou o grito de “É campeão” dos mais de 45 mil torcedores presentes na Arena Corinthians. **Página 5**

Temer se encontra com o irmão de Geddel após ter nova reunião com Gilmar por fora da agenda

Em reunião fora da agenda oficial, Temer recebeu, novamente, no domingo, o ministro Gilmar Mendes, do STF, no Palácio do Jaburu. Na terça-feira, Temer recebeu o deputado do Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA) - irmão de Geddel Vieira Lima, que está preso após a Polícia Federal achar R\$ 51 milhões em um apartamento cedido a ele em Salvador. **P. 3**

1% dos mais ricos passaram a ter mais de 50% da riqueza mundial

Relatório anual do Credit Suisse reiterou a concentração sem precedentes de riqueza nas mãos de uma ínfima minoria de rentistas: “de acordo com nossas últimas estimativas, o 1% possui agora 50,1% de toda a riqueza familiar do mundo”. De acordo com banco, no início do milênio o percentual era de 45,5%. **P. 7**

EUA cerceia canal russo no país com exigência absurda

Pág. 7

Investimentos públicos desabam e engessam economia, diz economista



Para o professor Nilson, economia do país piora desde 2014. "É catastrófica"

Parente aumenta gasolina em sete de 15 dias e culpa alta de impostos

O presidente da Petrobrás com sua política de preços de "paridade de importação", na qual vincula o preço dos combustíveis vendidos no país ao praticado no mercado internacional, provocou uma disparada no preço da gasolina nos postos em todo o país. Só no mês de novembro, até o dia 15, foram sete aumentos no preço do combustível e, segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo), o preço nos postos de gasolina no país variava de R\$ 3,199 a R\$ 5,20.

A vinculação mencionada é diária, exceto nos finais de semana e feriados, e, nas declarações oficiais, estaria preservando o custo de reposição de estoques da companhia. Na tentativa de sustentar o insustentável, Parente afirmou que, entre 15 de outubro de 2016 e 31 de outubro de 2017, o aumento dos combustíveis foi de 1,4% e atingiu 22,1%, foi devido ao aumento de impostos. "A grande variação de preços que aconteceu não tem nenhuma ligação



José Cruz/ABR

Pedro Parente tenta aliviar sua "nova" política

maior com a nova política e, sim, com o aumento de tributos do governo federal", asseverou. Só que o governo aumentou o PIS/Cofins sobre os combustíveis há mais de quatro meses, mais precisamente em julho deste ano. Além disso, ele apresenta outra justificativa inverídica, a de que os aumentos visam cobrir os custos da Petrobrás e o seu custo de produção. Só que esses custos são menores do que US\$ 25,00 por barril em mé-

dia, tanto para o pré-sal quanto para fora dele. A cotação atual no mercado internacional chegou a US\$ 60 o barril de óleo não faz trinta dias. As multinacionais, por sua vez, continuam ganhando. Antes a Petrobrás comprava mais caro lá fora e vendia para as múltiplas a preço subsidiado aqui dentro. Agora, sem o subsídio da Petrobrás, elas vão importar de suas matrizes para vender aqui aos preços da nova política da Petrobrás.



Reprodução

Coelho Filho: meta é acelerar privatização

Ministro oferta Eletrobrás nos EUA para "ajudar" a pagar juros aos bancos

O ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho, voltou de sua temporada em Nova York obstinado a acelerar o processo de privatização da Eletrobrás.

Coelho se reuniu com diversos investidores estrangeiros para oferecer a estatal e voltou afirmando que são os gringos que "entendem o que é bom para a empresa e é possível fazer no momento". O plano, que será enviado à Câmara Federal nos próximos dias, é o de liquidar cerca de 60% das ações e deixar o estado com menos de 40%.

O governo Temer espera entregar a Eletrobrás até o primeiro trimestre de 2018 e, com isso, receber R\$ 12 bilhões - muito menos do que a companhia efetivamente vale - para "ajudar no cálculo da meta fiscal", ou seja, pagar juros.

Para divulgar o preço da empresa ao mercado, o governo não considerou o patrimônio constituído nas suas 132 usinas e distribuidoras - que também estão sendo liquidadas em outro processo de venda à iniciativa privada.

MPF denuncia diretor do Santander por corrupção

O Ministério Público do Distrito Federal denunciou, na segunda-feira (13), o diretor de Planejamento Tributário do Santander, Reginaldo Antônio Ribeiro, por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O esquema de corrupção junto à Receita Federal teria beneficiado o banco espanhol com R\$ 83 milhões em créditos tributários.

Os crimes foram cometidos junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, criado no governo Lula, como última instância para as empresas recorrerem de autuações aplicadas pela Receita Federal.

O caso foi investigado pela Polícia Federal, através da Operação Zelotes, deflagrada em 2015, que apura um dos maiores esquemas de sonegação fiscal já descobertos no país.

Segundo os procuradores, os crimes aconteceram em 2013 e 2014, quando a Lupe Consultoria e Assessoria Ltda., empresa sem tradição no setor e sem funcionários, contratada pelo banco espanhol, conseguiu por meios ilícitos que o Santander recebesse os R\$ 83 milhões em créditos em três processos. Após ter vencido os casos, o banco pagou R\$ 5 milhões à Lupe a título de "taxa

de sucesso".

Para isso contou com a participação do auditor Eduardo Cerqueira Leite, lotado na Delegacia Especial da Receita de Instituições Financeiras em São Paulo (Deinf-SP). O auditor é acusado de chefiar um núcleo criminoso voltado para beneficiar instituições financeiras, como o Bradesco e o Safra.

Cerqueira Leite recebeu propinas da empresa de consultoria para dar ao Santander a vitória em processos administrativos fiscais, segundo a Operação Zelotes, diz reportagem da Folha de São Paulo.

Segundo a Procuradoria da República no Distrito Federal, Cerqueira Leite procurava bancos para oferecer seus "serviços" e preparava a estratégia e ser adotada pelas instituições nos processos em que ele próprio, como auditor, despachava.

Um e-mail, interceptado pela Zelotes, revela que o auditor teria fixado o valor da propina no caso do Santander. "Algo em torno de R\$ 5 milhões seria bom, lembrando que tenho que deixar na delegacia R\$ 1,5 milhão", escreveu Cerqueira Leite em mensagem a outro investigado. Para os procuradores, é uma "prova cabal" da corrupção.

As instituições negam irregularidades.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dig@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Óntingens - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Varejo acumula queda de 0,6% em 12 meses

As vendas do comércio varejista vêm registrando variação praticamente nula no último período e acumula, nos últimos 12 meses, uma queda de -0,6%. Para o governo, que tenta se apoiar em qualquer dado para provar a suposta "recuperação da economia", o crescimento de apenas 0,5% em setembro foi repercutido como um grande sinal de que o

país saiu da recessão. Esse resultado é praticamente anulado já que, em agosto, o volume de vendas havia caído 0,4%.

O fato é que o país continua agonizando em uma situação de desemprego crescente que se reflete em várias atividades do setor. No ano (até setembro), o volume de venda de combustíveis, importante indicador da

situação da economia, caiu -3,2% e, em 12 meses, -4,4%. A atividade de móveis recuou -5,9% e -7,2, respectivamente. As vendas de veículos cresceram 0,5% no ano, mas acumula queda de -3,1% em 12 meses. As vendas em supermercados, com variação positiva no ano de 0,6%, caíram os mesmos 0,6% nos últimos 12 meses.

Dodge recorre da decisão de Lewandowski que tirou sigilo da delação de marqueteiro

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recorreu na quarta-feira (15) da decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que retirou o sigilo da colaboração premiada - ainda não homologada - do marqueteiro Renato Pereira. A procuradora afirmou que a decisão do ministro traz risco à segurança do colaborador e atrapalha as investigações.

O ministro retirou o sigilo sob alegação de que "vazamentos ilícitos" já revelaram seu conteúdo sigiloso. O marqueteiro trabalhou nas campanhas do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, do ex-governador Sérgio Cabral e do ex-prefeito do Rio Eduardo Paes, todos do PMDB.

Dodge ressaltou que

Renato Pereira expôs crimes de "grupo criminoso que opera no Estado do Rio de Janeiro" e que o Estado "passa por grave crise de segurança pública", concluindo que o levantamento do sigilo antes do prazo previsto em lei "acaba elevando o risco para a integridade física do colaborador e de sua família".

"Não é fácil romper o silêncio que impera em organizações criminosas. Há um risco envolvido e ele não pode ser desprezado. A decisão ora embargada foi omissa ao não abordar a questão da segurança do colaborador e, consequentemente, de sua família", disse.

"O próprio resultado útil da colaboração em exame está em risco a partir da decisão de levantar o si-

gilo. Esta não é uma questão lateral, mas constitui a essência do próprio Acordo de Colaboração Premiada e da Lei 12.850", destacou Raquel Dodge.

A chefe do Ministério Público frisou que nem todo o conteúdo da colaboração de Renato Pereira havia sido tornado público pela imprensa, de forma que "não há motivo para divulgação oficial de tudo que consta nos autos".

O marqueteiro revelou detalhes dos pagamentos em caixa dois durante as campanhas de Cabral, Pezão e Eduardo Paes. Ele contou que era comum se pagar parte do valor das campanhas em caixa dois e que só na campanha do atual governador ele admitiu ter recebido cerca de R\$ 800 mil de forma não declarada.

"O conjunto dos investimentos públicos, que envolvem a União e as estatais, está desabando. Quando o governo para de investir, ninguém mais investe", afirma Nilson Araújo de Souza

"A situação econômica do Brasil é mais do que grave. Ela é catastrófica. Em poucos momentos de nossa história nós tivemos situação tão dramática como esta que o país está vivendo hoje", afirmou, na quarta-feira (15), o economista Nilson Araújo de Souza, em entrevista à Rádio Independência. "O conjunto dos investimentos públicos, que envolvem a União e as empresas estatais, está desabando. E nós sabemos que, quando o governo para de investir, ninguém mais investe", salientou. "O investimento público alavanca os demais investimentos, ele dinamiza a economia ao contratar serviços, comprar equipamentos, etc".

Segundo o economista, a situação vem piorando mais aceleradamente a partir de 2014. "Naquele ano", disse ele, "estes investimentos estavam na casa dos 228 bilhões de reais e, em 2016, eles desabaram para 144 bilhões de reais". "Para este ano de 2017, a previsão é de que os investimentos públicos continuem em queda e fiquem na casa dos 129 bilhões de reais. Para 2018 o desatino prossegue e a previsão orçamentária é de apenas 98 bilhões de reais para os investimentos públicos".

Para o professor, essa política está "engessando toda a sociedade". "Tanto a sociedade quanto o setor produtivo estão sendo penalizados", acrescentou. "E eles fazem esse absurdo para garantir o superávit primário, que é uma poupança que o governo faz para pagar os juros aos bancos", explicou o especialista. "Nos últimos 12 meses o que se pagou de juros chegou a 415 bilhões de reais. Ou seja, o investimento público para este ano ficará na faixa de 129 bilhões enquanto o que se pagou só de juros atingiu a cifra de 415 bilhões", informou Nilson. "Tira-se da atividade produtiva e do bem estar da população para beneficiar os banqueiros que se locupletam com os juros da dívida e os que vivem de ativos financeiros", complementou o economista.

PRIVATIZAÇÕES

Nilson criticou ainda a iniciativa do governo de vender empresas estatais na maioria, segundo ele, a preço de banana. "Como é que pode alguém vender seis distribuidoras de energia, responsáveis pelo abastecimento de seis estados, pelo valor de R\$ 50 mil cada uma? Ou seja, o governo está vendendo distribuidoras de energia elétrica pelo valor de um carro usado", isso é um escândalo", denunciou. "Além disso", acrescentou o analista, "o governo pretende vender grandes geradoras de energia, o que significa, na verdade, desmontar a Eletrobrás. Vai vender Furnas que é a principal fornecedora - depois de Itaipu - da região Sudeste. Vai vender a Chesf, que é uma das mais antigas hidrelétricas do país".

"O pretexto para entregar essas empresas é que, com a privatização, haveria mais concorrência e mais eficiência. Não é verdade. Quem vai comprar essas grandes empresas são monopólios privados que, por natureza, são ineficientes. Ele só é eficiente para gerar superlucros para seus donos. Não é eficiente para gerar mais capacidade produtiva para o país e para gerar bem estar para a população", destacou o economista. "Além disso", acrescentou, não há concorrência nenhuma neste setor. Ninguém coloca duas ou três tomadas em sua residência. Neste setor o que há é o monopólio natural, que é público ou é privado, não há concorrência".

Para o economista, o argumento de que, com as vendas, haveria mais dinheiro para os investimentos, também é falacioso. "O que se vai fazer após a entrega deste patrimônio público é usar o pouco dinheiro arrecadado com as vendas para o pagamento de juros da dívida pública, como inclusive já vem ocorrendo", denunciou.

LEI DA ESCRAVIDÃO

Nilson condenou também as medidas tomadas na área

social e trabalhista. "O governo já retirou parte expressiva dos direitos trabalhistas e agora quer tirar os direitos previdenciários da população. Na área trabalhista o golpe principal foi dado com a decisão de passar a considerar o que for negociado acima do legislado. Isso é um absurdo. Como é que o negociado em duas partes pode suplantear a lei? Como é que o trabalhador vai negociar com o patrão dentro da fábrica, dentro da empresa em condições de igualdade? Não tem a menor condição. A tendência é o patrão impôr as suas exigências", avaliou o economista.

"O que protege o trabalhador, por um lado é o seu poder de mobilização, mas, por outro, é a lei", alertou Nilson Araújo. "Os limites mínimos são garantidos pela lei. Se você tira esse mínimo garantido pela lei, a tendência é que os direitos caiam abaixo do mínimo. Consequentemente os direitos, como salários e outras conquistas, cairão abaixo do mínimo", prosseguiu. "Tudo isso está sendo feito para aumentar os lucros das grandes empresas estabelecidas no país, tanto nacionais quanto estrangeiras. Ao invés de aumentar seus lucros pelo aumento da eficiência, o que se quer é aumentar os lucros arrancando ainda mais o couro dos trabalhadores", denunciou.

PREVIDÊNCIA

"E, se não bastasse tudo isso, querem agora tirar os direitos previdenciários da população. Querem colocar a idade mínima de 65 anos para que o trabalhador possa se aposentar. Um estudo feito aqui em São Paulo, o 'Mapa da Desigualdade', mostrou que, na periferia de São Paulo, a expectativa de vida da população é de 55 anos. Nas regiões centrais, como Vila Mariana, Jardins, por exemplo, a expectativa de vida é acima de 70 anos, mas, na periferia é de 55 anos", lembrou. "Se na periferia de São Paulo é assim, imagine a periferia das regiões do Nordeste, no campo do Nordeste. Estabelecer a idade mínima de 65 anos é querer que os trabalhadores só se aposentem depois de mortos", apontou o especialista.

"O 'ministro da Friboi', Henrique Meirelles, afirmou que a Previdência está consumindo metade do orçamento da União e, que se continuar assim, em breve vai consumir 80% e assim por diante. Isso é uma mentira", salientou Nilson. "Não é verdade. O orçamento da Previdência é composto por três partes. Uma parte que é composta pela contribuição do trabalhador, outra parte que é a contribuição do empregador e a outra parte, por contribuições que foram criadas pela Constituição de 1988 para completar o tripartite do sistema. Completar a parte do estado. A parte do trabalhador e do empregador não pode entrar neste tipo de cálculo que o ministro está fazendo. Se fizerem o cálculo corretamente o percentual de gastos com a Previdência será muito menor do que isso. Não chega a 20% do orçamento", destacou.

DESEMPREGO

Sobre a afirmação de que a queda da inflação estaria aumentando a renda dos trabalhadores, Nilson afirmou que é outra balela. Ele explicou que o poder de compra só aumenta quando o salário real aumenta. A massa salarial, explicou Nilson, "é o resultado do salário individual e do número de empregados. Nenhum dos dois está subindo. Ou seja, o economista afirmou que só quando o aumento nominal do salário é maior do que a inflação, há ganho no poder de compra dos salários". "Teria que estar havendo, portanto, deflação para que houvesse aumento real de salário. E isso não está ocorrendo no Brasil. Assim como não está havendo crescimento dos empregos", completou.

SÉRGIO CRUZ



Senador da Rede Sustentabilidade “Líder de quadrilha ocupa a Presidência”, diz Randolfe

O senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) utilizou uma rede social na quarta-feira (15), feriado da proclamação da República, para dizer que, “hoje em dia nosso país está sob as garras de um governo que em nada se assemelha ao ideal republicano, com um líder de quadrilha como Michel Temer ocupando a Presidência e levando o país no rumo contrário ao do desenvolvimento social”.

Randolfe também criticou “os sucessivos cortes promovidos por Michel Temer na Educação”, por ocasião do Dia Nacional da Alfabetização, comemorado na terça-feira (14). “Os brasileiros não têm muito o que comemorar nesta data”, disse.

“Com o fim de programas como o ‘Brasil Alfabetizado’, os números relativos à alfabetização seguem em declínio – e a tendência é que esse quadro se agrave com o passar dos anos”, advertiu.

Ministério fica em polvorosa com ameaça de perder foro

Marcos Corrêa/PR



Cheio de inquéritos contra si, Moreira Franco é o mais chegado a Temer Temer se encontra com Gilmar em segredo e depois com o irmão de Geddel R\$ 51 milhões

Em reunião fora da agenda oficial, Michel Temer recebeu o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no Palácio do Jaburu. Segundo a assessoria de imprensa do ministro, o encontro que ocorreu no fim da tarde deste domingo (12) teria servido para tratar da “reforma política e de reformas institucionais”. Poderiam, pelo menos, tirar uma desculpa do baú que não tivesse cheiro de mofo.

Já a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto explicou apenas “não ter informações” sobre a agenda.

Na última terça-feira (14), Temer recebeu o deputado federal Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA) – irmão de Geddel Vieira Lima, que foi ministro da Secretaria de Governo e, atualmente, está preso após a Polícia Federal ter encontrado R\$ 51 milhões em um apartamento cedido a ele em Salvador.

A participação de Lúcio na ocultação da quantia milionária está sendo investigada. Seu ex-assessor, Job Brandão, revelou em depoimento que contava as cédulas para os irmãos. Ele disse ainda que 80% do salário que recebia ficava retido com ambos. Job está a caminho de fazer colaboração premiada.

Romério Cunha/PR



Temer e Lúcio Vieira Lima, o irmão de Geddel

PF: esquema de Puccinelli desviou R\$ 235 milhões

O ex-governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), e seu filho, André Puccinelli Júnior, foram presos preventivamente na terça-feira (14), em Campo Grande, durante a 5ª fase da operação Lama Asfáltica – batizada de Papiros de Lama.

Eles deixaram o Centro de Triagem, no Presídio da Segurança Máxima da capital sul-matogrossense, na tarde da quarta-feira (15), após habeas corpus concedido pelo desembargador Paulo Pontes, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). O desembargador já havia solto Puccinelli em maio. Naquela ocasião, Puccinelli precisou usar tornozeleira eletrônica por uma semana. O ex-advogado de Michel Temer, Antônio

Cláudio Mariz de Oliveira, atuou no pedido de habeas corpus do ex-governador. Puccinelli é apontado pela investigação como chefe de um esquema de propina existente há mais de dez anos. O montante de desvio comprovado, até o momento, é de R\$ 235 milhões, informou o delegado da Polícia Federal, Cléo Mazzotti.

A investigação apontou que os recursos eram desviados por meio do direcionamento de licitações públicas, superfaturamento de obras públicas, aquisição fictícia ou ilícita de produtos, financiamento de atividades privadas sem relação com a atividade-fim de empresas estatais, concessão de créditos tributários com vistas ao recebimento de propina e corrupção de agentes públicos.

Segundo nota divulgada pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), que também participou da operação, “os valores repassados por propina eram mascarados com diversos tipos de operações simuladas, de forma a dar falsa impressão de licitude ao aumento patrimonial dos integrantes da organização ou de dar maior sustentação financeira aos projetos”.

Além da prisão preventiva do ex-governador e seu filho, a PF cumpriu dois mandados de prisão temporária, seis de condução coercitiva e 24 de busca e apreensão. A Justiça também determinou o sequestro de valores em contas bancárias de pessoas físicas e empresas investigadas. Puccinelli é do esquema peemedebista de Temer.

Quem tem ‘tendência ao autoritarismo’ é Temer

Algumas pessoas ficaram curiosas para entender porque Michel Temer usou o feriado de 15 de Novembro para fazer demagogia sobre a República em Itu, no interior de São Paulo. Logo que ele começou com sua verbosidade pseudo-histórica ficou tudo muito claro. E para esta época que o chefe da quadrilha do PMDB está tentando retroceder o Brasil. Foi ali, em 1873, por exemplo, que Luiz Gama, o líder abolicionista, tentou, sem sucesso, aprovar as ideias da abolição entre os oligarcas republicanos de São Paulo. Luiz Gama se retirou do encontro, mas é exatamente nos escravocratas empenhados que permaneceram que Temer busca sua inspiração, se é que uma mediocridade como ele tem alguma.

Repudiado por 97% da população, Temer encheu a boca em Itu para falar que o Brasil tem uma “tendência ao autoritarismo”. Não é à toa que ele fala sobre isso exatamente num momento como este, em que o Brasil inteiro quer vê-lo pelas costas, ou melhor, na cadeia. Quem rouba descaradamente, quem destrói o país leiloando toda a sua riqueza, quem compra votos a torto e a direito para fugir da mira da Justiça, em suma, quem afronta o país como Temer está fazendo, não pode pensar em outra coisa a não ser em virar um ditadorzinho, ou um coronel de meia tigela qualquer. Acha que pode seguir se comportando como um poodle de banqueiros, de latifundiários escravocratas e de multinacionais e de tudo vai ficar por isso mesmo. Está muito enganado.

Essa oligarquia submissa e saudosa do escravagismo, que Temer insiste em ser porta-

fiscalização do trabalho escravo e outras aberrações desse tipo, não podia se sentir melhor do que junto a escravocratas apodrecidos e saudosos deste passado tenebroso e remoto. Por isso ele disse que ali se sentia em casa.

Em suma, como disse o velho Ulisses, o Brasil e São Paulo não concederam mediocridades, não aliviam ladrões e nem traidores rasta-queiras como Temer e os demais integrantes de sua quadrilha e de seu desgoverno. O Brasil saberá dar um destino a esses idiotas que, com a ajuda do PT, momentaneamente se aboletaram no Palácio Planalto para infernizar a vida do país e do povo. Mais cedo do que eles pensam, vão todos se juntar aos silvérios, aos calabares e aos demais sacripantas, onde é o lugar dessa gente toda: na lata de lixo da história.

-voz, não representa São Paulo e muito menos o Brasil. São Paulo é a terra de Siqueira Campos, líder dos tenentes, de Ulisses Guimarães, inspirador da constituição cidadã - que agora Temer quer rasgar. E a terra de José Bonifácio, figura gigante da nossa independência, ao contrário do pigmeu peemedebista, que só pensa em roubar, que só faz se esfregar nos monopólios estrangeiros como um sabujo e que tem ideia fixa de entregar todo o nosso patrimônio em troca de propina. Aliás, uma especialidade sua.

Em suma, como disse o velho Ulisses, o Brasil e São Paulo não concederam mediocridades, não aliviam ladrões e nem traidores rasta-queiras como Temer e os demais integrantes de sua quadrilha e de seu desgoverno. O Brasil saberá dar um destino a esses idiotas que, com a ajuda do PT, momentaneamente se aboletaram no Palácio Planalto para infernizar a vida do país e do povo. Mais cedo do que eles pensam, vão todos se juntar aos silvérios, aos calabares e aos demais sacripantas, onde é o lugar dessa gente toda: na lata de lixo da história.

Sem o privilégio do foro, terão que enfrentar a primeira instância – isto é, os doutores Moro, Vallisney, Bretas e outros patriotas – e, talvez, a mítica figura do japonês da Federal, ou algum substituto. Estamos falando de coisas reais, leitor: O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comuni-

SÉRGIO CRUZ

Temer recua da “reforma ministerial”, tramada para subornar deputados e partidos contra a Previdência, depois de um frenesi causado pela perspectiva de corruptos enfrentarem o juiz Moro

Quase houve um *putsch* no ministério de Temer, depois que este gênio da política anunciou que faria uma reforma ministerial até o fim de dezembro.

Um dos ministros disse – aliás, plantou na imprensa – que “a saída antecipada é prejudicial, porque acontecerá no momento em que os titulares das pastas estão colhendo os resultados positivos”.

O líder do Dem na Câmara, um certo Efraim, seguindo o mesmo script, disse que mudar o ministério “não é o sentimento da base, que pretende dar continuidade às ações já iniciadas. Será uma quebra de rito desnecessária e prejudicial, no momento em que estamos colhendo os frutos de uma agenda em desenvolvimento”.

Parece até que está havendo um tremendo *boom* de crescimento, um neo-milagre econômico ou coisa que o valha, devido a ministros tão competentes quanto essas cavalgadas que só sabem roubar, nomeadas por Temer à sua imagem e semelhança.

SUICÍDIO
Depois que o emérito Jucá anunciou que 17 ministros seriam trocados, um deles, Gilberto Kassab, esclareceu que “*todo mundo sabe que, hoje, não sou candidato*” – portanto, queria ficar no ministério. É verdade, hoje, ninguém é candidato...

A origem dessa anunciada “reforma ministerial” é o tema que abordamos em nossa edição anterior: o PMDB e o centrão não querem votar o ataque à Previdência antes das eleições. Meirelles e “o mercado” – os bancos e demais gangsters financeiros – querem votar logo, pois, depois das eleições, ninguém sabe se a base governista ainda existirá.

Reciprocamente, a base governista sabe que, se votar essa aberração, estará consumando um suicídio eleitoral.

Solução de Temer, Maia & cambada: subornar deputados com cargos a granel – com centenas, talvez milhares de supostas possibilidades de roubar o Erário e a propriedade pública – antes que sejam varridos do mapa político.

Mas a questão é exatamente essa: já hoje, o que impede que essa pleiade de velhacos vá para a cadeia, é o chamado “foro privilegiado”.

Portanto, quem é ministro não quer deixar de ser ministro e quem é deputado não quer se arriscar a não se reeleger, votando o garrote vil no pescoço da Previdência – ou seja, no pescoço dos trabalhadores, sobretudo os mais idosos.

Se a reeleição deles já é muito duvidosa; se muitos não conseguem sair na rua para passear em uma calçada, exceto incógnitos; se votarem no ataque à Previdência, sua menor preocupação vai ser a de passear na rua.

Imaginemos o que pode acontecer se eles perdem o privilégio do foro – isto é, o privilégio de serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que demora cinco anos em média para julgar um processo, com uma duração dos pedidos de vista, pelos ministros do STF, que pode durar de 346 até 1.045 dias, e um altíssimo índice de encerramento de processos por exceder o prazo legal (cf. J. Falcão, I.A. Hartmann e V.P. Chaves, “**III Relatório Supremo em Números: o Supremo e o tempo**”, Escola de Direito/FGV, Rio, 2014).

Sem o privilégio do foro, terão que enfrentar a primeira instância – isto é, os doutores Moro, Vallisney, Bretas e outros patriotas – e, talvez, a mítica figura do japonês da Federal, ou algum substituto. Estamos falando de coisas reais, leitor: O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comuni-

cações (?), o já citado Kassab – conhecido no departamento de propinas da Odebrecht como “Kibe” – recebeu, só desse grupo, R\$ 21,3 milhões de propina entre 2008 e 2014 (cf. Inquérito STF 4401, PGR Nº 52445/2017).

Além disso, quando prefeito de São Paulo, pediu, através do famoso operador tucano-serrista Paulo Preto, um adiantamento de R\$ 2 milhões como “abadá”, para direcionar um dos lotes da obra do Túnel Roberto Marinho para a Odebrecht (cf. depoimento de Carlos Armando Paschoal, Anexo 01, “*Pagamento de propina e ‘acordo de mercado’ nos projetos do sistema viário estratégico Metropolitano de São Paulo*”).

“Abadá” é como o operador tucano chamava o pixuleco, quer dizer, a propina. Cada quadrilha com o seu jargão.

Já o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (!) de Temer, Marcos Pereira, recebeu de Joesley Batista R\$ 4,2 milhões em troca da aprovação de um empréstimo de R\$ 2,7 bilhões, na Caixa Econômica Federal, para a JBS.

Quanto ao ministro da Agricultura, Blairo Maggi, recebeu R\$ 12 milhões da Odebrecht, quando era governador de Mato Grosso, para liberar uma verba. Uma propina, passada através da campanha eleitoral de Maggi, de 35% do dinheiro transferido para a Odebrecht! (cf. Inquérito STF nº 4447).

O ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, pediu R\$ 30 milhões à Odebrecht. Acabou por embolsar R\$ 1,5 milhão – e parece que não reclamou (cf. Inquérito STF nº 4449).

E nem vamos falar dos ministros Fernando Coelho e Leonardo Picciani, pois são casos de pai para filho (o Helder Barbalho, também, leitora? Vige, é mesmo...).

Não mencionamos os homens de Temer (Eliseu Padilha e Moreira Franco) porque é evidente que não correm o risco de serem substituídos. Muito menos o Geddel, que já está na cadeia.

Resumindo: como se diz em Brasília, “sem foro, é Moro”.

BLINDAGENS
Temer livrou-se do processo graças a esses ministros e deputados que se sujaram publicamente – ainda mais do que já estavam sujos – ao rejeitar, duas vezes, a autorização para que Temer fosse processado no STF.

Agora, à solta, para contemplar os interesses dos seus donos, Temer quer torrar essas almas penadas que lhe deram sobrevida, ainda que curta.

Mas, quando encerramos esta edição, Temer fora obrigado a recuar da “reforma ministerial”.

Um policial federal, Jorge Pontes, hoje aposentado, disse, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo” que “*aqueles que criaram as nossas blindagens legais, legisladores e normalizadores, nunca imaginaram que iríamos enfrentar como alvos, em sequência, os nossos próprios superiores hierárquicos*”.

E, ele continua: “*O que precisamos, o que a sociedade quer, com ardor justificável, é ouvir o barulho de uma porta de ferro trancando na cadeia de uma penitenciária, senadores, governadores, deputados, presidentes da república, ministros, empresários e banqueiros (corruptores), e até ministros dos tribunais superiores, se esses vieram a cometer algum crime e assim for detectado pelas investigações. A sociedade brasileira não irá se contentar com outro resultado. É legítima essa expectativa, pois, afinal, os bilhões de recursos públicos desviados eram do contribuinte, que em última instância são os patrões de autoridades que organizaram o Estado numa organização de delinquentes.*”
Realmente.

CARLOS LOPES

Portugal apura se são do PT R\$ 153 milhões abandonados no falido Banco Espírito Santo

As autoridades policiais portuguesas estão investigando se ao menos parte dos 40 milhões de euros (R\$153 milhões) abandonados no Banco Espírito Santo (BES), que faluiu, pertencem a políticos brasileiros do PT.

Segundo o jornal português “Correio da Manhã”, os titulares dos investimentos não apareceram e a Comissão de Liquidação os procura desde agosto de 2016.

Segundo o jornal, o BES tinha relações com membros do então governo como o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu. O presidente do BES por 20 anos, Ricardo Salgado, contou ao Ministério Público português que pagava propina mensal de R\$100 mil a Dirceu para ajudar a Portugal Telecom na compra da

brasileira Oi, durante o governo do PT, que acabou acontecendo.

Ricardo Salgado é acusado de lavagem de dinheiro, fraudes, falsificação de documentos entre outros crimes apurados no âmbito da Operação Marquês. De acordo com o Ministério Público português, o ex-presidente do BES pagou 22,2 milhões de euros em propina para José Sócrates, para obter benefícios no governo do ex-primeiro-ministro. Sócrates, muito amigo de Lula e do PT, foi secretário-geral do Partido Socialista e primeiro-ministro de Portugal (12 de março de 2005 a 21 de junho de 2011).

Sócrates foi denunciado pelo MP português por 31 crimes, entre eles corrupção passiva.

STJ nega recurso de Lula e confirma Sérgio Moro

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou recurso da defesa de Lula, que pedia a revisão da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que negou um pedido de suspensão do juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância. O ministro Felix Fischer, da Quinta Turma do STJ, foi contrário à revisão da sentença.

O pedido da defesa ocorreu no processo em que Lula foi condenado a nove anos e seis

meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso triplex do Guarujá. Os advogados queriam que Moro fosse considerado suspeito para julgar o ex-presidente e, com isso, fossem anulados todos os atos do magistrado no processo.

Segundo a defesa, o juiz demonstrou parcialidade na ação penal que levou à condenação do petista. A defesa de Lula tem insistido em recursos em que pede a suspensão de Moro. Até agora, todas as solicitações foram negadas.

Juristas pedem fim do PT, PMDB, PP e outros partidos

O advogado Modesto Souza Barros Carvalhosa, o desembargador aposentado Laércio Laurelli e o advogado Luís Carlos Crema entraram com um pedido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a abertura de processo de cancelamento do registro de nove partidos, sob a acusação de que as siglas abandonaram os “princípios republicanos, democráticos e constitucionais para abraçar o crime organizado”.

Eles afirmam na petição que a Lava Jato e suas ramificações vem “revelando como políticos criminosos e partidos políticos corruptos roubaram o Brasil, a Petrobrás e tantas outras empresas e órgãos públicos”.

Os juristas sustentam que os partidos “carecem de funda-

mento constitucional e legal para existirem e não possuem nenhum propósito alinhado à República e aos interesses do povo, devendo ser extintos”. O pedido pede a extinção do PT, PMDB, PP, PROS, PRB, PCdoB, PR e PSD. De modo estranho, porém, incluí o PDT na lista - partido que apoia a Lava Jato - e ignora o PSDB, sigla envolvida nos crimes apurados pela Lava Jato.

“Esses partidos são organizações criminosas que desviaram recursos da Petrobrás e outras estatais e agora vão receber R\$ 2 bilhões de um fundo público. Como não podem pegar mais dinheiro da Petrobrás, vão assaltar o Tesouro Nacional e se apropriar do dinheiro do fundo”, denunciou Carvalhosa.

MP pede bloqueio de R\$ 154 mi de líder da quadrilha na ALERJ

“O Executivo, o Legislativo e o Tribunal de Contas estavam estruturados em flagrantes organizações criminosas com fim de garantir o contínuo desvio de recursos públicos e a lavagem de capitais”

O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao Tribunal Regional Federal da 2.ª Região (TRF2) o bloqueio de R\$ 154,46 milhões do presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Jorge Picciani (PMDB) e de seu filho Felipe Picciani. Os dois são alvos da Operação Cadeia Lava, novo desdobramento da Lava Jato no estado.

“Mostra-se necessária e urgente a decretação de ordem judicial para determinar o bloqueio dos ativos em nomes dos representantes, incluindo pessoas jurídicas vinculadas diretamente envolvidas nos atos de corrupção e as que se relacionam com a lavagem de ativos, conforme já explicitado na medida cautelar de afastamento do sigilo bancário e fiscal e reconhecido ante o deferimento do pedido”, requereu a Procuradoria Geral da República (PGR) ao desembargador Abel Gomes.

O MPF quer que o bloqueio atinja ainda as empresas da família Picciani.

A Cadeia Velha investiga os também deputados estaduais Paulo Melo (PMDB) que foi presidente da Alerj antes de Picciani, Edson Albertassi (PMDB) 2º vice-presidente da Assembleia e outros dez suspeitos por corrupção e outros crimes envolvendo a Assembleia Legislativa também são investigados.

A pedido do Núcleo Criminal de Combate à Corrupção (NCCC) da PGR na 2ª Região, o desembargador federal Abel Gomes, relator dos processos da força-tarefa da Lava Jato no Rio, no âmbito da Corte Federal, ordenou as conduções coercitivas dos parlamentares, seis prisões preventivas e quatro temporárias e buscas e apreensões nos endereços de 14 pessoas físicas e sete pessoas jurídicas.

A PGR pediu o bloqueio de R\$ 108,61 milhões de Paulo Melo, de R\$ 7,68 milhões de Edson Albertassi. Este último, indicado pelo governador Luiz Fernando Pezão para uma vaga no Tribunal de Contas do Estado.

A ROUBALHEIRA

Os investigadores apuram o uso da presidência e outros postos da Alerj para a prática de corrupção, associação criminosa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. As investigações identificaram diversas relações societárias suspeitas mantidas pelos deputados, além do repasse clandestino de verbas de empresas para viabilizar a ocultação da origem do dinheiro e o financiamento de campanhas eleitorais.

A petição do MPF, com 232 páginas, resulta de investigações feitas há mais de seis meses, que incluíram quebras de sigilo bancário, telefônico e telemático, acordos de leniência e de colaboração premiada, além de provas obtidas a partir das Operações Calicute, Eficiência, Descontrole, Quinto do Ouro e Ponto Final, todas desdobramentos da Operação Lava Jato.

O Ministério Público Federal do Rio afirma que Picciani e Melo receberam mais de R\$ 112 milhões em propinas num período de cinco anos, período em que o estado do RJ deixou de arrecadar “mais de

R\$ 183 bilhões”.

Para o delegado da Polícia Federal, encarregado da operação Cadeia Velha, Alexandre Ramagem Rodrigues, o “conluio criminoso” que se traduzia em “excessivos benefícios fiscais em favor de determinadas empresas e empreiteiras” ocasionou “o atual colapso nas finanças do estado - com este efeito avassalador que essa corrupção sistêmica causou à administração pública”, afirmou.

O esquema criminoso contava com a participação de agentes públicos dos poderes Executivo e do Legislativo (inclusive do Tribunal de Contas do Estado - TCE) e de grandes empresários da construção civil e do setor de transporte do estado.

O superintendente da Polícia Federal no estado disse que, com a documentação já reunida pelas duas instituições, “já é possível concluir que não há um chefe-mor, mas sim um comando horizontal de uma grande confraria do crime organizado no Rio de Janeiro, mantido por agentes públicos do Executivo, Legislativo e grandes empresários, sobretudo da construção civil e da Fetranspor [Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro]”, afirmou o superintendente da PF.

Jairo Souza Silva avaliou que o estado do Rio “vem sendo saqueado por este grupo há mais de uma década, tendo como consequência a falência moral e econômica do estado: salários atrasados, hospitais sem condições, uma polícia sucateada, com metade de sua frota parada e uma violência que agonia a todos nós dia a dia”.

QUADRILHA ANTIGA

As investigações apontaram que Picciani, Melo e Albertassi, formam uma organização integrada ainda pelo ex-governador Sérgio Cabral e que vem se estruturando de forma ininterrupta desde os anos 1990. A organização adota práticas financeiras ilícitas e sofisticadas para ocultar o produto da corrupção, que incluiu recursos federais e estaduais, além de repasses da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor).

Para o MPF que a indicação de Albertassi para uma vaga de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado (TCE) pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) pode ter sido uma manobra para que a organização criminosa retome espaços perdidos com os afastamentos de conselheiros determinados pelo STJ este ano, e também uma forma de atrapalhar as investigações, ao deslocar a competência para a apuração dos fatos e tirar o caso do TRF2 que o vinha investigando.

Com seis mandatos de presidente da Alerj, Picciani é imprescindível na organização criminosa, pelo expressivo poder político e influência sobre outros órgãos estaduais. Tanto Picciani quanto Melo tiveram aumentos exponenciais de seu patrimônio desde o ingresso na política. Em certos períodos, seu patrimônio cresceu mais 100%, patamar superior a qualquer investimento. Em 20 anos, o patrimônio de Picciani aumentou 6.368%.

Barata alega que não merece ser preso porque já foi liberado por Gilmar Mendes

O empresário Jacob Barata Filho, dono do maior conglomerado de transportes do Rio, foi novamente preso nesta terça-feira (14), durante a Operação Cadeia Velha. Sua defesa afirmou que irá pedir o restabelecimento das medidas que foram ordenadas ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes “que já decidiu que a prisão preventiva do empresário é descabida e pode ser substituída por medidas cautelares, que vêm sendo fielmente cumpridas desde então”.

Os advogados informaram ainda que não tiveram acesso à decisão que originou a Operação Cadeia Velha, desdobramento da Lava-Jato, deflagrada na terça pela Polícia Federal (PF) e, por isso, não ter “condições de se manifestar a respeito” das denúncias.

Além de Barata Filho; Lélis Teixeira, ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor); e Felipe Picciani, filho do presidente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Jorge Picciani, também foram presos.

Jacob Barata é investigado por

integrar o esquema de pagamento de propina a deputados estaduais em troca da aprovação de leis que beneficiassem o setor privado de transportes. Um dos exemplos é o aumento da passagem de ônibus no Rio.

Segundo os procuradores, Picciani recebeu pagamentos das empresas de ônibus - inclusive as de Jacob -, até março de 2017 - apenas no período entre 2015 e 2017, o valor total seria de R\$ 18 milhões. Já Albertassi recebia, segundo o MPF, valores mensais de R\$ 60 mil até o mês de maio de 2017.

A continuidade do esquema da Fetranspor mesmo após a prisão de Cabral é considerada importante pelo MPF para justificar o novo pedido de prisão contra Barata Filho. Segundo os procuradores há fato novo tanto na mudança de funcionamento do esquema quanto nos destinatários da propina. E que a continuidade dos pagamentos mesmo depois de as investigações avançarem mostram uma quadrilha ainda em atividade, fator reforçado, na visão do MPF, pelas articulações para fazer de Edson Albertassi conselheiro do TCE, como mencionado na matéria acima.



Picciani lidera no Legislativo o braço da quadrilha que assaltou o Rio de Janeiro

“Atuação da organização criminosa começa a aparecer”, diz o deputado Alessandro Molon

O deputado federal Alessandro Molon (Rede/RJ) condenou os esquemas de corrupção no sistema de transporte do Rio em conluio com a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e parabenizou as investigações.

“As informações sobre o sórdido esquema de propinas na Alerj envolvendo o transporte público vêm à tona trazendo cifras monumentais. Por anos, desde que era deputado estadual, questioneei o aumento absurdo das passagens de ônibus, a quali-

dade dos serviços prestados e os contratos suspeitos para extensão do metrô sem nova licitação (minha ação ainda corre na Justiça)”, lembrou o deputado.

“Agora, uma parte da atuação desta organização criminosa começa a aparecer, evidenciando os desvios de milhões de reais de recursos públicos - os mesmos que faltam à população na Segurança Pública, na Saúde e nas escolas. Estamos caminhando, passo a passo. Sigamos firmes na luta! As investigações não podem parar”, defendeu Molon.



Testemunha afirma que Globo pagou US\$ 15 milhões em propina por transmissão da Copa. Emissora nega

No julgamento de José Maria Marin, ex-presidente da CBF e outros dois ex-dirigentes nos EUA, uma testemunha da acusação afirmou que a Globo e o grupo mexicano Televisa pagaram 15 milhões de dólares em propina para um executivo da Fifa assegurar direitos midiáticos das Copas do Mundo de 2026 e 2030.

O argentino Alejandro Burzaco, ex-chefe da companhia de marketing esportivo e Competências, testemunhou pelo segundo dia, acrescentando detalhes de que Televisa, Globo e Fox Sports estavam envolvidas nas propinas. Também estão sendo julgados Juan Angel Napout,

ex-presidente da Conmebol e da federação do Paraguai, e Manuel Burga, ex-presidente da federação peruana.

Burzaco disse a membros do júri que a Torneos, Televisa e Globo pagaram propina para Julio Humberto Grondona, um executivo da Fifa que morreu em 2014, e que a Torneos e a Fox Sports, eram parceiras em uma joint venture de marketing esportivo, a T&T Sports Marketing Ltd.

No testemunho foram descritas propinas para dirigentes em troca de direitos midiáticos no futebol internacional, incluindo pagamentos regulares chegando a dezenas de milhões de dólares para direitos da

Copa América e Copa Libertadores.

Jorge Delhon, advogado argentino que trabalhava para o programa “Fútbol para Todos”, do canal estatal argentino, cometeu suicídio na noite de terça-feira (14), horas após Burzaco afirmar que ele recebeu propinas.

Além disso, Burzaco destacou que Marin, Napout e Burga receberam propina nestas negociações. Nas declarações de abertura na segunda-feira (13), os advogados dos ex-dirigentes negaram recebimento de propinas. As três companhias midiáticas após citadas também negaram pagamento de propina.

Perícia confirma frase racista de William Waack

O laudo de uma perícia privada, divulgado pela “Folha de S. Paulo” confirmou que William Waack, apresentador afastado do “Jornal da Globo”, afirmou, irritado com uma buzina, que isso era “coisa de preto”. O vídeo foi gravado durante a cobertura jornalística da vitória eleitoral de Donald Trump nos EUA.

O laudo foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Peritos (IBP), que con-

cluiu que a análise acústica permite identificar os sons correspondentes à palavra “preto”. O instituto afirmou que foi realizada uma análise perceptiva-auditiva e acústica da fala e os resultados confrontados com as imagens de Waack.

De acordo com o laudo, o jornalista teria dito as seguintes frases:

Waack - “Tá buzinando por quê? Ô seu merda do cacete, merda.” / “Deve ser

um, (deve ser/você é) filho de um, não vou nem falar de quem, eu sei quem é né. Sabe o que é né?” / Sotero - “Não” / Waack - “Preto né” (sem compreensão)

Como o convidado não entendeu Waack, ele repetiu “é coisa de preto”.

O vídeo foi divulgado em um grupo de WhatsApp e se espalhou pela web. Após o vazamento, o apresentador William Waack foi afastado de suas funções.

Ministério Público Militar investigará a suposta ação de soldados em chacina no Rio de Janeiro

O Ministério Público Militar do Rio de Janeiro abriu um inquérito para investigar a participação de soldados do Exército na chacina que deixou sete homens mortos durante uma operação policial nas favelas do Complexo do Salgueiro, na madrugada deste sábado (11).

A operação no conjunto de favelas em São Gonçalo foi comandada pela Core (Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil) e teve o apoio de dois blindados e 17 soldados do Exército.

O episódio, que resulta na sensação de medo constante entre os moradores da comunidade, aconteceu um dia após um PM ser morto na região, que já vinha passando por uma megaoperação desde a última terça-feira (7).

No dia da chacina, a polícia afirmou que a ação visava prender dois traficantes que estavam em um baile funk

na hora do ocorrido e que após serem recebidos a tiros, revidaram. O delegado titular, Marcus Amin, chegou a afirmar que as mortes haviam ocorrido em decorrência da operação, mas após ouvir depoimentos dos policiais e de ter o conhecimento de que o Exército havia negado participação, disse não ter elementos para confirmar isso. O caso está registrado, até o momento, como homicídio ainda sem autor.

Moradores disseram que os blindados entraram na comunidade por volta das 04h da manhã, e que os soldados e policiais se esconderam no meio do mato em diversas posições estratégicas, a partir disso começou o tumulto e o tiroteio. Alguns moradores ainda disseram que agentes encapuzados estavam ameaçando residentes da comunidade.

“Eles subiram pelo morro, ninguém viu como. Os caras foram estratégicos. Geral correu para Palmeira (localidade). Eles estavam esperando no

meio do mato os caras ‘correr’ e ‘passar’ lá pra chegar na Palmeira. Gardenal foi o primeiro, que ele é linha de frente, ele foi para o saco. A bala começou a comer no meio da pista. Os caras saíram por tudo que era buraco”, diz um dos áudios enviados ao Whatsapp do site O DIA. Gardenal seria Luiz Cláudio de Almeida Fernandes, 40 anos, traficante suspeito de várias mortes.

Ainda segundo testemunhas, o cenário era de terror e pânico. “Tem muita gente baleada, gente sendo carregada. Bala na perna, rombo nas costas, baleados no mato. Massacre! Até passar pela Palmeira vai ver carro furado a bala, capotado, muita moto largada no meio da rua”, detalha outro áudio.

O Exército informou que não irá realizar apuração interna sobre o ocorrido e que a investigação do caso ficará em responsabilidade do Ministério Público Militar.



Cadeia

A situação do Rio de Janeiro é de gerar revolta em qualquer cidadão. Imagine só, um estado onde, abertamente, está comprovado o envolvimento dos representantes dos poderes Executivo e Legislativo, com os casos mais absurdos de corrupção que já ocorreram no nosso país. Vale lembrar que, apesar de ser liderada pelo PMDB, essa bandalheira sempre contou com o apoio dos demais partidos políticos que atuam na Alerj. Lá, Picciani é rei e ninguém se opõe de verdade aos seus desmandos (salvo raríssimas exceções). O triste é saber que a impunidade também reina para esta corja e que quem paga por isso é o trabalhador do nosso estado.

José Antunes Neto - Rio de Janeiro, RJ

Deveres

Excelente a postura dos prefeitos do Mato Grosso, retratada aqui no HP. Eles estão tomando a atitude correta ao pedir o afastamento do governador do estado. Taques não consegue cumprir com seus deveres governamentais, então deve ser removido do cargo. São milhares de pessoas que necessitam do serviço público de saúde sendo deixados na mão pelo próprio governo que não repassa os R\$ 150 milhões devidos. O povo não aguenta mais tanta sacanagem e falta de compromisso partindo dos governantes, isso tem que acabar!

Antonio Luiz Arevalo - Campinas, SP

PGR denuncia ministro do TSE, Admar Gonzaga por agressão à mulher

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, denunciou no Supremo Tribunal Federal (STF) o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Admar Gonzaga por lesão corporal contra sua mulher, Elida Souza Matos. A peça foi protocolada na noite da última terça-feira (14).

Elida registrou um Boletim de Ocorrência, contra o ministro do TSE, no dia 23 de junho, em Brasília, com realização de exame de corpo de delito e, horas depois, decidiu fazer uma retratação. Mesmo com a renúncia de Elida, o caso seguiu no Supremo Tribunal Federal.

“A retratação realizada pela vítima, por ser írrita (nula, sem efeito), não possui qualquer eficácia em relação ao noticiado delito de lesões corporais, cabendo ao Ministério Público adotar as providências que entender cabíveis”, explicou Celso de Mello, ministro do STF.

De acordo com exame de corpo de delito, houve “ofensa à integridade corporal ou à saúde”. Atendida no IML, a mulher do ministro apresentava, segundo o laudo, “edema e equimose violácea em região orbital direita”.

Em outubro, Admar enviou manifestação ao STF dizendo que a mulher havia recebido a notícia de uma doença e, após beber vinho, teve uma crise de cômicos que acabou desencadeando a briga entre os dois. Sobre o hematoma roxo do olho de sua esposa, o ministro afirmou que ela escorregou em um enxugante bucal e bateu o rosto na banheira. “Tal lesão, pelo que me recordo, foi causada pelo tombo que se sucedeu ao escorregão que sofreu sobre o Listerine, e que a levou a bater com o rosto na banheira, mas jamais em face do alegado empurrão em seu rosto”.

Nomeado por Dilma para a Corte eleitoral em 2013, Gonzaga trabalhou na defesa da ex-presidente em sua campanha eleitoral em 2010, nas sessões do TSE.

Famílias pedem que crianças sejam retiradas das escolas próximas a barragem da CSN

Após a intensificação do alerta de instabilidade da Barragem Casa de Pedra, em Congonhas, na Região Central de Minas, e do próprio comandante do Corpo de Bombeiros admitir a gravidade da situação, se criou um estado de apreensão tão grande nos bairros suscetíveis a soterramento, que pais de crianças que estudam nessas quatro comunidades declararam que vão tirar os filhos das unidades.

Desde 2016, quando a barragem apresentou infiltrações, a proprietária, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), tenta mostrar resultados no combate a esses indicativos de problemas estruturais. Tal situação fez com que o governo de Minas Gerais tomasse ações paralelas, com um grupo de ação formado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec), o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e outras secretarias, como mostrou a reportagem do Estado de Minas da última quinta-feira (9).

Os problemas identificados na Barragem Casa de Pedra foram localizados no Dique de Sela, um paredão de 80 metros de altura, que auxilia na contenção de 9,2 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro. As ombreiras da construção, que são o seu apoio sobre morros naturais, apresentaram, de acordo com parecer técnico da Central de Apoio Técnico (Ceat) do Ministério Público (MP), fator de estabilidade de 1,3, sendo que o mínimo exigido pela legislação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é 1,5.

Sob os maciços de terra e rejeitos, na área identificada como suscetível à devastação de um rompimento, foram identificadas 1.367 casas e uma população de 4.800 pessoas nos bairros Cristo Rei, Gran Park, Eldorado e Residencial, alguns com residências a menos de 250 metros da estrutura em obras.

Muitos pais estão assustados com a falta de informações e temerosos pela segurança de seus filhos enquanto estão fora trabalhando e por isso começam a procurar outras creches em locais mais seguros. “Todo mundo está muito assustado. E já conversei com muitos pais que avisaram que estão procurando outros lugares para transferir os filhos e que já no ano que vem vão tirar os meninos daqui”, conta uma das funcionárias de uma creche na região, a faxineira Rosilene Martins, de 44 anos.

HP ESPORTES



O artilheiro Jô, na conquista da Taça Corinthians consagra-se heptacampeão brasileiro

O Timão sagrou-se hepta campeão brasileiro na noite de quarta-feira. Campeão do ano e campeão da década: desde 2011, é o Corinthians quem tem mais e melhores conquistas: são oito, incluindo Mundial, Libertadores e três Brasileiros.

Com uma virada emocionante sobre o Fluminense, o Timão arrancou o grito de "E campeão" dos mais de 45 mil torcedores presentes. O título foi consolidado com dois gols de Jô, que com esse, obtém sua segunda conquista com a camisa do Timão, sendo o primeiro em 2005, quando tinha 18 anos de idade e fez parte do elenco que conquistou o tetracampeonato nacional. Nesse intervalo, foi transferido para o futebol europeu, passou por outras equipes no Brasil e retornou para o Corinthians na temporada 2017, para a alegria da torcida. Só este ano, marcou 22 gols em 61 jogos, sendo 16 só no Brasileirão, artilheiro do Corinthians na competição.

Para o próximo ano, o artilheiro já deixou o seu recado: fica no time para buscar a conquista da Libertadores em 2018: "Vou buscar mais um título no ano que vem, vou ficar aqui no Corinthians, quero ter o gostinho de conquistar a Libertadores aqui no Corinthians também. Eu amo esse clube. Já levei uma vez (a Libertadores, pelo Atlético-MG, em 2013), mas quero levantar esse título no ano que vem", disse. O outro gol foi de Jadson, que atropelando tento do Fluminense, marcado por Henrique.

Para ser completa, a festa da conquista do Brasileirão tinha que ser em casa. Com o heptacampeonato brasileiro, o Corinthians conquista seu terceiro título da era Arena Corinthians, inaugurada em maio de 2014. Em pouco mais de três anos, o Timão foi duas vezes campeão brasileiro (2015 e 2017) e paulista (2017).

Além disso, o time terminou a competição como melhor mandante da história do campeonato, com 15 vitórias, dois empates e apenas uma derrota, mostrando a força da Arena Corinthians.

DF: metroviários em greve denunciam que governo faz substituição irresponsável

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários do Distrito Federal (Sindmetrô), em greve desde o dia 8, denunciou na quarta-feira, 16, que o Governo do Distrito Federal (GDF) colocou funcionários sem qualificação para operar trens.

A entidade se pronunciou através de uma nota de repúdio, que desmonta matérias da imprensa local, que relatam um vídeo com o trem de porta aberta e o atendimento de usuários que sofreram mal súbito. "O Sindmetrô-DF vem repudiando e condenando a atitude da Companhia autorizando que empregados sem qualificação realizem

atividades operacionais estando, há mais de três anos, sem treinamento e sem acesso direto ao sistema", denunciou a entidade na nota.

Na segunda-feira, 13, os metroviários decidiram manter a greve da categoria por reajuste salarial de 8,4% e pela contratação de funcionários que foram aprovados no último concurso do Metrô-DF. Segundo Renata Campos, diretora do Sindmetrô-DF, "em 2015, o GDF assinou um acordo que contemplaria aumento de 8,4%, pelo INPC, em cima do salário, e o reajuste retroativo desde abril de 2015", explicou Campos.

Sarotti faz ameaça e diz que não negociará com greve

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori (PMDB), suspendeu na terça-feira, 14, as negociações com o comando de greve do Sindicato dos Professores (Cpers). Na sexta-feira passada, 10, os docentes decidiram manter a greve da categoria, que dura setenta e dois dias, pelo fim de atrasos e parcelamento de salários, e pelo pagamento do 13º.

Segundo o Palácio Piratini, o diálogo só será aberto novamente se a categoria encerrar a greve. Em resposta ao anúncio do governo, o Cpers afirmou que a responsabilidade pela continuidade da greve é do próprio governador. "A responsabilidade da

continuidade da greve tem nome, endereço e CPF, é José Ivo Sartori. O único responsável para cada dia mais que estivermos em greve. Queremos somente aquilo que o governo nos retirou nesses três anos: a reposição salarial de 21,85%, pagamento do 13º até o dia 20 e a garantia de que não teremos mais nossos salários parcelados. O governo disse que a partir de agora vai endurecer. Nós estamos acostumados, porque a nossa vida já está muito dura esses três anos. Nós queremos uma ação do governo e essa ação é nos receber para uma negociação de verdade", afirmou Helenir Aguiar Schürer, presidente do sindicato.

Aposentadoria: Temer quer elevar tempo de contribuição a 44 anos



Governo quer "economizar" piorando proposta de reforma da Previdência

Greve dos auditores fiscais contra calote no reajuste salarial paralisa Porto de Santos

Os auditores fiscais da Receita Federal entraram no décimo sétimo dia da greve nacional da categoria nesta quinta-feira (17). Os servidores são contra o adiamento do reajuste salarial do funcionalismo do Executivo Federal e o aumento da contribuição previdenciária, medidas impostas pelo governo Temer, para arcar com os salários dos funcionários públicos.

Em campanha salarial, os auditores fiscais denunciam que o governo Temer descumpriu com o acordo salarial já concedido em lei, que garantiria o pagamento da reposição de 20%, dividida em quatro anos, em parcelas de 5%, até 2019. Segundo o presidente Sindicato dos Auditores Fiscais (Sindifisco) em Santos, Renato Tavares, "o Governo Federal entrou com uma Medida Provisória que adia o pagamento de janeiro de 2018 e de janeiro



Na foto, ato realizado pelo servidores no RS

de 2019. Descumpriram a lei assinada em dezembro de 2016. (O valor) é uma recomposição da inflação de anos anteriores", disse Tavares.

Além do adiamento do reajuste, o Michel Temer aumentou através da medida provisória, a contribuição previdenciária servidores ativos, inativos e pensionistas de todos os Poderes da União, incluídos as autarquias e

fundações, de 11% para 14%. Segundo a entidade, cada dia de paralisação na Alfândega do Porto de Santos, no litoral de São Paulo, ocasiona um atraso de R\$ 100 milhões no recolhimento de impostos federais. Cerca de 30% dos 200 auditores fiscais da Baixada Santista trabalham na Alfândega apenas para liberar cargas especiais como medicamentos e produtos perecíveis.



Estudantes da Medicina, Enfermagem e Saúde Pública em ato na Paulista

Estudantes da Medicina ocupam a Paulista em manifestação contra corte de verbas do HU-USP

Centenas de estudantes de Medicina, Enfermagem e Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) realizaram na última terça-feira, 14 um ato no vão livre do MASP, na Av. Paulista, centro da capital, para reivindicar contratações urgentes para o Hospital Universitário. Os estudantes entraram em greve na segunda-feira contra o fechamento do Pronto-Socorro do HU e denunciaram que o hospital está entrando em colapso com os cortes que vêm ocorrendo nos últimos anos.

O HU passa pela maior crise da história da Universidade, e teve o Pronto-Socorro da pediatria fechado devido à falta de profissionais para manter o funcionamento mínimo adequado. Em nota divulgada pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, que representa os estudantes do curso de Medicina, os estudantes denunciaram que o Reitor, Marco Antonio Zago, "aprovou dois PID-

Vs (Plano de Incentivo à Demissão Voluntária) que fizeram com que o quadro de funcionários do HU caíssem pela metade, além de diminuir o repasse financeiro para o hospital. Por causa dessas medidas, hoje o HU não consegue fechar escalas de plantão, não tem materiais suficientes e 25% dos leitos do hospital já não são mais utilizados. E o principais prejudicados somos nós, população e estudantes, que ficamos sem atendimento de qualidade e sem um cenário de prática adequado para nossa formação".

Além do ato, também houve panfletagem na cidade universitária e em frente ao HU. A diretoria da Faculdade de Medicina (FMUSP) aconselhou aos professores que dessem falta aos estudantes grevistas, mas o apoio dos docentes e médicos é grande. Segundo o Médico do HU, Dr. Sergio Cruz, a grande maioria dos tra-



Dr. Sérgio, médico do HU

balhadores do HU, tanto os técnicos quanto os médicos, está apoiando a greve e é contrário ao desmonte imposto por Zago. "O que eles estão fazendo é destruir um hospital escola que é considerado um dos melhores hospitais universitários do país e é exemplo de eficiência no serviço público. O objetivo é privatizar o HU. Os estudantes estão em luta porque perceberam que serão os maiores prejudicados, junto com a população", disse o Dr. Cruz.

Governo estuda proposta que piora as condições para o acesso ao benefício

A Proposta de "reforma" da Previdência defendida pelo Governo Federal poderá sofrer novas mudanças. A proposta atual torna o acesso à aposentadoria quase inalcançável e, com as novas mudanças, as condições a aquisição do benefício piora ainda mais: o tempo mínimo de contribuição aumenta de 40 para 44 anos.

Segundo divulgou o jornal Folha de São Paulo nesta quarta-feira, 15, Temer e o Congresso Nacional estão analisando alterar a proposta que foi votada em comissão da Câmara, criando uma fórmula que aumenta ainda mais o tempo mínimo de contribuição necessária para se ter acesso à aposentadoria integral.

De acordo com as informações, a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens seria mantida, mas haveria uma nova fórmula para calcular o valor do benefício: o tempo mínimo de contribuição estaria fixado em 15 anos (como é atualmente), porém o trabalhador receberia apenas 50% da sua média salarial; a partir de 16 anos de contribuição, acrescenta-se um ponto percentual nesse valor; até os 25, quando o benefício atingiria, portanto, 59% dos rendimentos; de 26 a 30 anos de contribuição acrescem-se 1,5 ponto; de 31 a 35 anos, 2 pontos por ano; e 2,5 pontos por ano entre 36 e 44 anos, completando os 100%. A regra não vale para quem tem direito apenas ao salário mínimo, que é garantido.

A proposta atual, que não foi votada no plenário da Câmara, estabelece a idade mínima em conjunto com contribuição mínima de 25 anos, o que dá direito a 70% dos benefícios. Para chegar à aposentadoria integral seriam necessários 40 anos de contribuição. Inicialmente, o projeto do governo previa 49 anos para a aposentadoria integral. Após pressão, o governo reduziu para 40 anos. Agora, após encontros com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para quem pouco importa se o trabalhador vai ou não se aposentar, o governo reze as contas, considerando que a "economia" com a reforma tem que ser maior.

De qualquer forma, em ambas as propostas, seja 40 ou 44 anos, o alcance para a aposentadoria integral continua inviável para a maioria dos brasileiros, uma vez que, atualmente, 66% dos que se aposentam, o fazem pelo critério de idade - hoje, são 10 milhões de brasileiros, recebendo um salário mínimo - porque não conseguem contribuir trinta ou trinta e cinco anos para a Previdência, pois quase todos tiveram que enfrentar longos períodos de

procura de emprego. E 34% se aposentam pelo critério de tempo de contribuição - são 5,7 milhões de pessoas que recebem, em média, dois salários mínimos (a fonte desses números é o INSS cit. por Anfp, "PEC 287/16 - Reforma da Previdência").

Tudo isso para garantir o lucro dos bancos e rentistas, dos fundos internacionais. Ainda debaixo da falcia do rombo - mesmo após a CPI da Previdência ter comprovado, por meio de estudos técnicos e atuariais com especialistas e profissionais do setor, que não há rombo nenhum e que houve superávit em todos os anos até 2015 - o Governo diz que a reforma, do jeito que foi aprovada na comissão, não proporciona "economia" suficiente.

A verdade é que o governo e a grande mídia vêm ignorando solenemente o resultado da CPI, que comprovou a completa falta de necessidade de se fazer uma reforma - o principal problema está nas dívidas que diversas empresas, como a JBS e o Bradesco, têm com o INSS, além das que sonham os impostos, ou dos perdões que o governo distribui, como no caso do Refis ou da previdência rural. E mesmo assim houve superávit.

Para o Presidente da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos), Warley Martins, "não há justificativa para a reforma da Previdência neste momento, principalmente com a retirada de direitos fundamentais. Se houver reforma, deve ser para melhorar a gestão da Previdência, que é potencialmente capaz de atender a todos aqueles que contribuem longos anos para obterem direito a uma aposentadoria justa".

Até agora, não houve conjuntura possível para a votação da reforma, justamente porque os deputados sabem que quem votar nesse ataque brutal ao povo nunca mais se eleger para coisa alguma no país.

Para aprovar a "reforma" trabalhista, o outro ataque do governo aos trabalhadores, Temer teve de comprar muitos deputados e transformou o Congresso num balcão de negócios. Para barrar as acusações de corrupção, foi mais um festival de compra de aliados. No entanto, os grandes atos nacionais, como as paralisações de 15 de Março, o "Ocupa Brasília" em 24 de Maio e a Greve Geral de 28 de Abril, aconteceram justamente para barrar a reforma da previdência e garantir uma aposentadoria digna. E embora essa corja que se instalou no Congresso com dinheiro de propina vendida seus votos, o povo não está nem um pouco disposto a vender a sua aposentadoria.

"Trabalhador intermitente" não terá direito a seguro-desemprego

Segundo a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), a Medida Provisória (MP) 808, editada por Michel Temer na noite desta terça-feira, 14, com ajustes à reforma trabalhista é quase tão ruim quanto a original. A MP "não sana todos os vícios da nova Lei 13.467/17", explica a entidade.

Uma das alterações contidas na MP é que o trabalhador submetido ao "trabalho intermitente" - aberração criada pelo governo, em que a empresa pode convocar o trabalhador somente quando houver necessidade, pagando uma remuneração proporcional - não terá direito ao seguro-desemprego em caso de extinção do contrato.

Para o presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, a edição da Medida e as modificações não resolvem os problemas impostos pela nova lei, apesar de atenuar os casos mais absurdos, como é o das mulheres gestantes e lactantes, que antes da MP poderiam trabalhar em local insalubre mediante atestado do médico da empresa. "A

MP 808, a rigor, não resolve os principais problemas que vinham sendo apontados pela Anamatra e por outras entidades do setor no que diz respeito às inconstitucionalidades e inconveniências da Lei 13.467/17. Em alguns aspectos, inclusive, a Medida chega a piorar a condição anterior à perspectiva do trabalhador", destaca Feliciano. Para ele, essa legislação "tem lacunas, é atécnica, com vícios e diversas inconstitucionalidades, defeitos que serão sanados pelo Judiciário", disse durante entrevista a um programa na televisão.

Outras mudanças do texto da MP estão no caso de acidentes fatais, em que não estarão sujeitos a limites ou parâmetros pré-estabelecidos; as indenizações por danos morais serão parame-trizadas pelo teto do regime geral da previdência social RGPS e não mais pelo salário; e ainda para o caso de trabalho intermitente, o trabalhador não poderá sofrer multa se não comparecer ao trabalho, conforme previa o projeto original.

Presidente do Líbano denuncia que sauditas detiveram Hariri

O presidente do Líbano, Michel Aoun, voltou a exigir o retorno imediato do primeiro-ministro de seu país, Saad Hariri. “Consideramos que o primeiro-ministro Hariri está preso pela Arábia Saudita”, afirmou Aoun.

Aoun afirmou que considera a detenção dele e de seus familiares “uma agressão ao Líbano e uma violação das Convenções de Viena e das leis de direitos humanos”.

“Nada justifica sua ausência do país por 12 dias”, afirmou ainda o presidente.

A ida intempestiva de Hariri à Arábia Saudita, o fato dele ter ficado praticamente incomunicável durante 9 dias, para depois de muita pressão internacional que envolveu a França, o Egito e a Rússia, dar uma entrevista a sua TV no Líbano se demonstrando tenso, contendo lágrimas e inseguro, numa postura inteiramente distinta de seu perfil, colocaram mais certeza de que Hariri está detido, apesar de se dizer na entrevista “um homem livre” e depois haver mandado mensagem via tuitter de que “em dois dias estaria de volta ao Líbano”.

A interferência saudita na vida social e política do Líbano está conectada a entendimentos com o governo de Trump que, logo após assumir foi à Arábia Saudita, dançar a dança das espadas com os sheiques de lá e propôs que todos deviam se unir contra o terrorismo iraniano. Isso, apesar do Irã não atacar nenhum país (à exceção do conflito Irã-Iraque, há quase 40 anos), enquanto que os Estados Unidos instiga conflitos, tenta derrubar governos que não se submetam, como ocorre na Síria, ocupa território estrangeiro. Desde então seu parceiro, o reinado saudita, atacou o Iêmen, ameaça e bloqueia o Qatar, financia terroristas na Síria e, agora tenta desestabilizar o Líbano. Em todos os casos a ação saudita tem sido uma só trapalhada do ponto de vista diplomático e uma derrota do ponto de vista militar.

Parece que dentro dos palácios sauditas nem todos estão de acordo com esta aventura insana e desgastante. Este, e não o combate à corrupção que deve campear no seio da nobreza mais conservadora e imprudência do mundo, que vive à sombra da renda do petróleo, é o que se mostra como a causa verdadeira para o avanço do príncipe Mohamed bin Salman sobre 11 príncipes e dezenas de outros profissionais e lideranças regionais.

Além disso, a Arábia Saudita, faz uma triangulação a favor da recolonização da região pelos EUA e em favor do expansionismo israelense sobre os palestinos. A trama visava desestabilizar o Líbano, criar rixa interna contra os guerrilheiros do Hezbolá e, como revela movimento não usual de tropas israelenses no norte de Israel, provocar nova guerra contra o Líbano. Mas a postura serena do líder do Hezbolá, Hassan Nasrallah, do presidente e demais líderes governamentais do país tem frustrado o projeto belicoso saudita-norte-americano.

Líderes do Zimbábue condenam destituição do presidente Mugabe



Mugabe e esposa Gracie saudados na reunião do Comitê Central do Zanu-PF, de 2017

Venezuela: encontro faz “balanço crítico do processo bolivariano” - I

Realizado no último sábado, em Caracas, com a presença de renomadas personalidades e intelectuais, organizações partidárias e movimentos sociais venezuelanos, o “Seminário para uma nova alternativa política, um balanço crítico do processo bolivariano” apontou para a construção de uma frente de luta que resgate os valores revolucionários do chavismo. Conforme os organizadores, a rica herança anti-imperialista e desenvolvimentista deixada pelo presidente Hugo Chávez vem sendo “manchada pelo governo de Nicolás Maduro”, “politicamente autoritário e economicamente reacionário”.

DESVIOS

Várias vezes ministro de Chávez, o engenheiro Héctor Navarro Díaz citou um importante alerta feito pelo comandante, nas Linhas Estratégicas de Ação Política, já em 2011, sobre a necessidade de enfrentamento da luta ideológica, em função de desvios no Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), a fim de que este servisse cada vez mais como referência para o conjunto da militância e da sociedade. “No entanto, devemos reconhecer que no PSUV tem se produzido uma imposição da lógica da máquina, onde se concebe a eleição como um fim em si mesmo e não como uma tarefa na luta para democratizar radicalmente a sociedade. A ampla base social da Revolução termina instrumentalizada como ‘massa de manobra’, e o que é pior, como formas organizativas que, a cada ano, se redefinem em função do processo eleitoral, perdendo finalmente sua condição de sujeito da Revolução”, ressaltou Chávez.

Conforme Héctor Navarro Díaz, com Maduro tal lógica acabou contaminando a ação governamental, dando as costas à população



Ex-ministro de Hugo Chávez, Hector Navarro: “Governo Maduro fez alianças contra o povo e o futuro”

e vitaminando a conduta reacionária. “O governo de Maduro com seus novos aliados, e com o apoio de setores importantes do grande capital internacional e do FMI, garantiu uma vitória (não eleitoral, mas política) contra o povo e contra o futuro, capaz de garantir a necessária estabilidade política que necessitam para que seus negócios frutifiquem”. Com isso, na avaliação do ex-ministro, “se está fechando um importante ciclo para a direita, que seguramente contará com amplo apoio socialdemocrata externo, tanto financeiro, como político e midiático, reforçada pela entrega dos recursos petrolíferos e, especialmente, do Arco Mineiro do Orinoco”.

PRIVATIZAÇÃO

Tais medidas, sublinhou, significarão jogar o peso da grave crise pela qual o país atravessa “nas costas dos trabalhadores e não sobre os capitais”. Assim é que pretendem “entregar o patrimônio presente e futuro”, por meio da “privatização de empresas básicas, da PDVSA, concessões ou associações petrolíferas e mineiras, se sacrificando ainda mais o investimento social e diminuindo o tamanho do Estado, o que aumentará o desemprego em função dos interesses do setor financeiro”. Daí, enfatizou, “a necessidade da construção de uma verda-

deira referência revolucionária, cujo ponto de partida deve ser o legado verdadeiro e honesto de Chávez e do que ainda resta instalado na subjetividade popular que, além do mais, nos dá a chave para a correção dos erros”.

Para Gonzalo Gómez Freire, co-fundador do site Aporrea e membro da Maré Socialista, entre os principais desafios diante da situação atual e “em correspondência com uma verdadeira consciência política bolivariana, chavista, democrática e socialista são a recuperação das chaves de uma democracia participativa e protagônica real, o respeito e a aplicação consequente da Constituição da República Bolivariana da Venezuela e a revisão de toda a política econômica, para que não se jogue o peso da crise sobre o povo”. Um “pacote de ajuste econômico tão brutal”, assinalou, “que nem sequer é combatido pela direita, porque sabem quem é que vai pagar o custo político de terem feito para eles o trabalho sujo”. Entre as medidas inadmissíveis, apontou Gonzalo, está a suspensão do pagamento da dívida externa, com uma auditoria cidadã, enquanto se realizam os investimentos nos setores estratégicos da economia e enfrentam os problemas emergenciais da população.

Argentinos alertam para os danos de acordo UE-Mercosul para sua indústria

Representantes da União Industrial Argentina, UIA; da Associação de Industriais Metalúrgicos da República, ADIMRA; Câmara Industrial de Laboratórios Farmacêuticos Argentinos, CILFA; a Confederação Geral Empresária, CGERA e a Marinha Mercante, entre outros setores industriais e do trabalho, manifestaram sua preocupação e desconforto diante do avanço das negociações do acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia que está sendo negociado pelo governo de Mauricio Macri.

“Todas as atividades nesse sentido despertam sérias dúvidas. Nos deixam em uma posição de muita debilidade. O risco é que acabemos exportando couro salgado e importando o valor agregado de nossas matérias primas”, assinalou Alfredo Luenzo, presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, depois da reunião realizada por essas entidades. Denunciaram a falta de informações sobre o curso dessas negociações.

“Há muita preocupação porque modifica o marco jurídico. Está se negociando a portas fechadas e não temos informação. Não conhecemos que tenha sido feito um estudo de impacto econômico e lamentavelmente o governo disse que quer assinar sim ou sim em dezembro”, disse Isaías Drajer, presidente da CILFA. “Dentro das colocações da UE está a extensão das patentes de

20 a 25 anos. Isso implica o freio no vencimento para muitas patentes, com o que as empresas nacionais não poderiam oferecer medicamentos a preços mais reduzidos porque as patentes manteriam sua posição monopólica”, disse Mariano Genovesi, gerente de assuntos jurídicos de Câmara Industrial de Laboratórios Farmacêuticos. O presidente da Associação de Industriais Metalúrgicos, Juan Carlos Lascrain, advertiu que com esse acordo “se lhe dá status nacional às empresas europeias e não está se contemplando as assimetrias e o impacto que vá gerar. Muitos setores das pequenas e médias empresas têm hoje grandes problemas que esse acordo aumentará”.

Marita González, que integra a Confederação Geral do Trabalho e a Secretaria Técnica do Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul, manifestou que “preocupa a pressão da assinatura do acordo em dezembro. Haverá forte impacto do ponto de vista do trabalho. O setor de autopeças está comprometido. Acreditamos que fábricas vão sair do país”.

“Não estamos de acordo com que para vender mais toneladas de carne nosso país deva rebaixar suas tarifas industriais. A Europa não quer diminuir os subsídios que outorga a seus agricultores mas exige que abramos mão de nossa indústria”, acrescentou Ariel Aguilar, da CGERA.

BBC: agindo às escondidas, EUA deu fuga a terroristas na Síria

Depois de destruir inteiramente a cidade síria de Raqqa, a pretexto de combater os terroristas do Daesh (conhecido pelo mal denominado nome de Estado Islâmico), um suposto ‘combate’ para o qual não foram solicitados, dentro de território sírio e, portanto, violando a soberania do país sobre suas fronteiras, e também apoiando seus prepostos na região, fecharam acordo secreto para que os terroristas escapassem com armas e familiares.

Segundo a rede BBC, com pleno conhecimento norte-americano foi fechado o acordo através do qual 250 criminosos escaparam. Para isso, foram alugados 50 caminhões e

13 ônibus. 10 caminhões saíram lotados de armamentos. Uma parte dos bandidos saiu com 100 caminhonetes também permitidas de se retirarem. Além destes, mais de 3.000 familiares puderam sair livremente.

Segundo a BBC, os ingleses, que apoiam os americanos em Raqqa, também sabiam do acordo e mais ainda, ajudaram a monitorar a retirada.

O repórter, Quentin Sommerville, localizou a partida dos terroristas do Daesh à altura de Tabqa, aldeia vizinha a Raqqa. Segundo ele, que filmou o deslocamento, os motoristas contratados viajaram três dias e noites dirigindo o famigerado comboio.

Argentinos exigem medidas de “emergência alimentar” contra a fome que assola o país

As organizações Bairros de Pé, Corrente Classista e Combativa, Confederação dos Trabalhadores da Economia Popular (CTEP), a Frente Darío Santillán e outros movimentos sociais argentinos realizaram, na quarta-feira, 15, uma jornada de luta denominada “Mil Painéis pela Emergência Alimentar”, para reivindicar que se avance no debate da lei que trata dessa questão.

A manifestação iniciou-se às 7 da manhã no Obelisco, no centro da capital, e desde as 11 se instalaram painéis populares em vários acessos à cidade, como também em vários pontos do interior do país. Daniel Menéndez, diretor do Bairros de Pé, registrou que se as coisas continuarem assim e não houver nenhuma resposta “será um dezembro complicado”, prevenindo novos protestos. afirmou que também rejeitarão a reforma trabalhista e da previdência apresentada pelo governo já que “aumenta a desigualdade e aprofunda o arrocho, agra-



Marcha “Mil painéis pela emergência alimentar”

vando a grave situação que já vivemos os de abaixo”.

Gildo Onorato, da CTEP, informou que a mobilização foi “extensa ao longo do país e estamos muito satisfeitos pela participação de organizações de base com um plano de ação que continua a semana próxima com a marcha ao Ministério de Agroindústria, com os agricultores familiares”. “A agenda social do governo é inexistente. Necessi-

tamos políticas de Estado para resolver o problema da terra, do trabalho e cada um dos problemas da população mais humilde da Argentina”, concluiu.

O Instituto de Investigação Social, Econômica e Política Cidadã, divulgou que durante o segundo semestre do ano houve “um aumento de 43 ao 48% nos índices de subnutrição em crianças e adolescentes que frequentam restaurantes comunitários”.

Simon Khaya Moyo, porta-voz do Zanu-PF, partido do líder da independência do país, condenou golpistas por seu “comportamento ultrajante que se trata de uma violação do papel constitucional de defesa nacional dos militares”

O exército do Zimbábue colocou, no dia 14, o presidente do país, Robert Mugabe, principal liderança e herói da luta do país por independência, conquistada em 1980, sob custódia em sua residência.

O líder do Zimbábue passou a sofrer pressões e o país a sofrer bloqueio e sanções desde o momento em que devolveu terras usurpadas por colonizadores brancos a seus donos originais, os negros, habitantes do Zimbábue (que sob o domínio inglês se chamara Rodésia). Durante o regime branco, os 5% da população branca se autoproclamaram donos de mais de 50% das terras do país enquanto aos trabalhadores eram negados até o direito a sindicalização. Mugabe e as forças do ZANU, União Nacional Africana do Zimbábue chegaram ao poder através de árdua luta armada e se fundiram com a Frente Patriótica para fundar o partido Zanu-PF.

Mesmo sob intensa pressão, Mugabe comandou a resistência à recolonização do país, que enfrentou dificuldades econômicas. O país voltou a crescer após a crise de 2008 entre 2009 e 2014, acima de 5% e chegando a ultrapassar os 10% em 2010, 2011, 2012 e 2013, para voltar a cair em termos de ritmo de crescimento nos anos recentes, 2015 e 2016.

Com sua tempera anticolonial, quando o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, vituperou contra o governo do seu país, ele devolveu, em encontro mundial, na África do Sul, “lutamos por nossa terra, lutamos por nossa soberania, e conquistamos a nossa independência, portanto Blair, fique com sua Inglaterra e nos deixe com o nosso Zimbábue”.

Posteriormente, quando na Assembleia-Geral da ONU, de 2007, George Bush acusou o seu governo de “tirânico”, e os da Bielorrússia, Síria, Irã e Coreia Popular como “brutais”, respondeu: “Que o senhor Bush leia a história corretamente. Ele deve perceber que, tanto pessoalmente, como junto com os representantes de seu governo, os Estados Unidos, defende sua ‘civilização’ que ocupou, colonizou, enarcerou, assassinou. Suas mãos estão mergulhadas em sangue inocente de muitas nacionalidades”.

E prosseguiu: “mata no Iraque, mata no Afeganistão, como pode querer

ser nosso patrão no que diz respeito a direitos humanos?”

“Quanta hipocrisia”, disse ainda. “Bush prende e tortura pessoas na prisão de Abu Ghraib, no Iraque e no campo de concentração em Guantánamo as leis internacionais não se aplicam. Agora ousa nos dar aulas sobre tirania em plena ONU”.

Mugabe buscou romper o cerco e a suspensão das sanções promovendo um governo de união nacional com o líder da oposição, que nas eleições de 2008, foi bancado pela mídia e finanças ocidentais, Morgan Tsvangirai. Na condição de integrante do governo a partir de 2009, passou a conspirar contra o governo, acusando-o de crimes sem provas e negando-se a fazer coro com o governo e a exigir o fim das sanções, até ser afastado em 2013. As sanções foram retomadas com dureza.

O seu partido o Zanu-PF apresentou divisões recentes. Emmerson Mnangagwa, que acabou sendo demitido, advogava mais concessões - tanto ao Banco Mundial, quanto ao FMI - do que se mostrava disposto a ceder o líder Mugabe.

Afastado da vice-presidência (no Zimbábue o cargo é nomeado pelo presidente), após um gigantesco comício na região de Bindura, com a esposa de Mugabe, Gracie, denunciando os planos de traição de Mnangagwa, este deu seguimento ao plano golpista que - segundo divulga agora o site de notícias sul-africano news24 - vinha sendo arquitetado a um ano.

Junto com o general Constantino Chiwenga, assume o poder, depois do exército colocar tanques nas ruas da capital Harare e deter Mugabe e seus familiares.

Diante das arengas do general, às vésperas do golpe, o líder e porta-voz do partido Zanu-PF, Simon Moyo, condenou “comportamento ultrajante que se trata de uma violação do papel constitucional de defesa nacional dos militares”.

Logo após a destituição de Mugabe, o opositor pró-EUA, Morgan Tsvangirai, retornou a Harare. A imprensa sul-africana prevê um governo de composição entre este e a junta que tomou o poder.

Quanto a Robert Mugabe, até o fechamento desta edição, resistiu e nega-se a renunciar.

NATHANIEL BRAIA

Proliferam os mercados de escravos na Líbia devastada pela agressão norte-americana

A Organização Internacional para as Migrações denuncia que africanos, principalmente da região subsaariana, estão sendo vendidos em mercados de escravos na Líbia.

As vítimas que ousaram falar relatam à OIM que contrabandistas de pessoas ou milícias paramilitares levam cativos (dentre as pessoas que tentavam atravessar a Líbia, vindos do Mali, Níger, Somália, Sudão e outros) para praças de cidades menores ou estacionamentos de veículos, onde são vendidos.

Diz a OIM, na matéria publicada pela BBC, que homens com capacidades especiais, como pintores, ceramistas, entre outros são vendidos a preços mais elevados.

A Líbia é passagem escolhida pelos migrantes africanos pela proximidade entre a costa do país e a ilha italiana de Lampedusa. O caos que se instalou no país após a agressão EUA-Otan em 2011,

que derrubou e assassinou o líder Kaddafi, permitiu o surgimento de porções sob égide de bandos locais onde são instalados os tais “mercados”.

Outros recursos desumanos são utilizados pelos mercadores de escravos para extorquir. Um deles é deixar o preso ligar para familiares, enquanto apanha para fazer com que estes enviem dinheiro em troca da soltura de parentes.

Desde a sua detenção até o momento da venda, os detidos são maltratados e passam fome, como contou um senegalês que pediu que seu nome não fosse divulgado para não sofrer retaliações. Um dos que foram resgatados, ao chegar de volta a casa pesava 35 quilos e foi hospitalizado.

Também há casos de venda de mulheres para se tornarem escravas sexuais.

RPDC repele na ONU 'relatório' de DDHH com mentiras e fraudes

A Representação Permanente da RPDC na ONU rechaçou veementemente a resolução de direitos humanos anti-RPDC apresentada pela União Europeia, Coreia do Sul e Japão aprovada na 72ª sessão da Assembleia Geral sob pressão dos EUA.

Em comunicado publicado nesta quarta-feira (15) a Representação da RPDC na ONU afirmou que “sendo produto do confronto político e militar e do complô e da confabulação dos EUA com outras forças satélites hostis, a resolução é o clímax da politização da questão dos direitos humanos e da pauta de dois pesos e duas medidas que nada tem a ver com a proteção e o fomento dos verdadeiros direitos humanos”.

“Este documento é cópia do conteúdo do ‘informe do comitê de investigação dos DDHH da Coreia’, denuncia a diplomacia norte-coreana à ONU, produzido por uma comissão de ‘experts’ americanos e sul-coreanos que nunca estiveram na RPDC e cujo objetivo é denegrir o governo da Coreia socialista e minar suas relações com organismos internacionais e isolar o país asiático na comunidade internacional.

O comunicado diz também que “os EUA e seus satélites recorrem desesperadamente à campanha de direitos humanos contra a RPDC que acompanha as inauditas sanções, pressões e ameaça militar. É um documento cheio de mentiras, falsificações, intrigas ou fraudes inventadas por ‘refugiados’. Recentemente os EUA apresentaram ao congresso americano um suposto ‘informe de violação da inspeção dos direitos humanos na Coreia do Norte e publicou a ‘terceira medida de sanção de DDHH contra a RPDC’ que inclui instituições e pessoas do país.”

Os EUA têm um programa da CIA com fundos destinados a patrocinar na Coreia do Sul pessoas que se disponham a falar mal e denegrir a Coreia socialista com todo respaldo e participação dos serviços secretos sul-coreanos. A finalidade é estimular pessoas da própria Coreia do Sul, mediante o pagamento de alguns dólares, a empreenderem uma cruzada contra a RPDC e seu governo socialista e a gerarem “fatos” a serem explorados pela imprensa sul-coreana, norte-americana, japonesa e europeia.

Durante a discussão sobre os direitos humanos na ONU os EUA organizaram uma seção no Congresso onde os deputados americanos assistiram “consternados” os “depoimentos” de alguns “refugiados” norte-coreanos em Seul testemunhando sobre a “violação dos direitos humanos na RPDC.”

Atestando a “grande preocupação dos EUA com os direitos humanos na Coreia socialista” o comunicado da RPDC continua: “Devido às manobras de bloqueio perpetradas indiscriminadamente sob o rótulo de ‘Execução das sanções’, na RPDC se produzem fenômenos anormais. Ou seja: interrompeu-se a entrega de aparelhos médicos, de remédios para os doentes – mães, crianças, e pessoas com deficiências físicas, foram criados obstáculos para a produção de equipamentos e materiais escolares para os estudantes e os alimentos nutritivos para a infância, foi suspensa ou reduzida a maioria das atividades de cooperação das organizações humanitárias internacionais que vinha se desenvolvendo há mais de 20 anos na RPDC. Essas sanções bárbaras dos EUA são violações flagrantes dos direitos humanos e um crime genocida infringindo não só contra a Coreia, mas contra a ideia humanitarista, os instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos e inclusive da Convenção dos Direitos Econômicos e Sociais, Culturais, a Convenção dos Direitos da Infância, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências.

“Os EUA e outros países Ocidentais preconizam a defesa dos direitos humanos e da democracia para que o mundo veja, mas às costas, rompem flagrantemente com a carta da ONU e os instrumentos de direitos humanos quando estes não convêm aos seus próprios interesses.

“É política consistente do governo da RPDC continuar protegendo e promovendo com total responsabilidade os direitos humanos das massas populares. Apesar das sanções e pressões persistentes dos EUA e outras forças hostis o governo da RPDC continua concentrando todos os seus esforços em melhorar a vida do povo e a preparar-lhe um futuro melhor. É realidade irrefutável na RPDC que o governo continua garantindo às massas populares assistência médica geral gratuita, educação e habitação gratuitas, igualdade de direitos entre homens e mulheres, além de outros direitos que o povo exerce e desfruta em todos os setores da vida social”.

ROSANITA CAMPOS

Exército dos EUA permitirá que os doentes mentais se alistem

O Exército dos Estados Unidos tomou uma decisão bastante controversa ao permitir que indivíduos com história de insanidade clinicamente documentada, bem como aqueles com registros de dependência de drogas e alcoolismo possam se inscrever como novos recrutas. A informação foi divulgada pelo portal TheDuran, em matéria assinada por Adam Garrie, editor-gerente do site.

O porta-voz do exército, tenente-coronel Randy Taylor, citado por Garrie, explicou que “a decisão foi adotada devido ao aumento da disponibilidade de registros médicos e outros dados, através dos quais os oficiais do Exército agora podem considerar os candidatos como uma pessoa inteira” (sic).

O movimento sinaliza um retorno às práticas da era do Vietnã

das forças armadas dos EUA, quando os recrutas do exército foram frequentemente enviados para a linha de frente apesar de sinais claros de alerta de instabilidade mental e propensão para o uso de narcóticos e quantidades abundantes de álcool, acrescenta.

Garrie afirma ainda que “muitos veteranos do Vietnã voltaram da guerra, apenas para descobrir que suas condições foram agravadas pela natureza traumática da guerra de agressão no Sudeste Asiático. Muitos requeberam pouco apoio. Isso, juntamente com a recessão econômica do final da década de 1970, levou a uma epidemia de outros homens portadores de deficiência mental que não podiam receber um tratamento adequado e que provaram ser, não raro, uma ameaça para a sociedade”.

Washington exige da tv russa RT o registro como ‘agente forâneo’



Deputado Galloway: “Quanto mais difícil tornam, mais popular ficará a RT”

Chris Hedges: imposição de registro é ‘censura bruta e caça às bruxas’

O jornalista e escritor Chris Hedges, vencedor do Pulitzer, maior prêmio de jornalismo dos Estados Unidos, denunciou que a imposição à RT de se registrar sob a lei Fara de 1938 é “censura bruta” e “um dos mais horríveis golpes para a liberdade de imprensa desde a caça às bruxas anti-comunista da década de 1950”.

Isso nada tem a ver com a “disseminação da propaganda russa”, assinalou Hedges, mas é impulsinado pelo desejo de silenciar as “críticas do capitalismo e imperialismo americanos”, feitas através da RT América. Ele também advertiu que as medidas tomadas contra RT são “o começo, não o fim, de uma amplo combate à liberdade de imprensa”.

“Uma vez que este precedente da censura estatal

seja considerado normal, os meios de comunicação mais distantes e mais flexíveis serão o alvo”, afirmou Hedges.

Também o jornalista e escritor Max Blumenthal considerou a imposição à RT “um precedente para silenciar a mídia dissidente” e apontou que a cruzada contra as plataformas de mídia independentes “ganhará impulso”.

Blumenthal observou que o governo dos EUA não apresentou nenhuma prova, como exigido pela lei Fara de 1938, de que a RT estava levando instruções do Kremlin, apontando que a verdadeira razão para a arbitrariedade é que a RT “está fornecendo uma plataforma para vozes como eu que criticam a política externa EUA, que criticam a expansão

da Otan, que criticam o apartheid de Israel”.

Ele também se referiu ao cinismo da CNN que criticava as “notícias falsas de Trump” e agora “não diz nada, absolutamente nada” sobre “este claro ataque à liberdade de imprensa”.

Por sua vez o candidato a vice da chapa de Jill Stein pelo partido Verde em 2016, o líder negro Ajamu Baraka, considerou a medida contra a RT de “ultrajante e que deve ser oposta por todos os que apoiam o fluxo livre de informação”. Para Baraka, o “novo macartismo na América está sendo liderado por democratas centristas e liberais, utilizando a noção quase cômica de que a Rússia possui o poder e a influência para não só impactar eleições, mas também criar tensões raciais”.

Credit Suisse: “1%” possui agora mais da metade da riqueza de todo o mundo

Relatório anual do Credit Suisse sobre a riqueza global, divulgado esta semana, reiterou a concentração sem precedentes de riqueza nas mãos de uma ínfima minoria de rentistas, o que torna cada vez mais insustentável a perpetuação desse quadro: “de acordo com nossas últimas estimativas, o 1% possui agora 50,1% de toda a riqueza familiar do mundo”.

Ainda de acordo com banco, no início do milênio o percentual era de 45,5%. De uma riqueza global estimada em US\$ 280 trilhões de dólares, conforme o CS, 3,5 bilhões de pessoas [com patrimônio líquido individual inferior a US\$ 10.000] – a metade da população do planeta – detinha apenas US\$ 7,6 trilhões (equivalente a 2,7% do total).

No topo da pirâmide de renda mundial, o Credit Suisse encontrou 31,4 milhões de pessoas cujo patrimônio líquido está entre US\$ 1-5 milhões. Já o estra-

to da chamada “Riqueza Líquida Ultra Alta” (UHNW, na sigla em inglês) é tão somente de 148.200 pessoas, com o critério sendo riqueza maior que US\$ 50 milhões. O que se reduz a 5.700 quando o critério é posse de ativos acima de meio bilhão de dólares.

O número de parasitas UHNW aumentou 13% (+ 19.000 pessoas) durante o ano passado, e o Credit Suisse confirma sua condição de rentistas: esse aumento foi “foi resultado dos ganhos generalizados de riqueza, principalmente através de ativos financeiros artificialmente inflados”.

E entre essas duas camadas está a chamada classe média global – “aqueles 1,4 bilhões de pessoas cuja crescente indignação com o status quo tornou possível a Brexit e Trump”, nas palavras do site zero hedge. Para agregar esses resultados, o

Credit Suisse se baseou nos números oficiais dos países de declaração de renda e na revista Forbes.

Aliás, no primeiro relatório do Credit Suisse de 2010, a riqueza total da “camada” superior da pirâmide era um “modesto” US\$ 69,2 trilhões para os milionários do mundo. Já duplicou nos sete anos desde então. Hoje, mais de dois quintos dos milionários do planeta vivem nos EUA, seguido pelo Japão com 7% e o Reino Unido com 6%.

A parte inferior da pirâmide - adultos com renda de menos de US \$ 10.000 - que em 2010 detinha US\$ 8,2 trilhões, baixou para US\$ 7,6 trilhões em 2016, apesar do número de integrantes ter aumentado em meio bilhão de pessoas. A camada bem acima, referente à “classe média”, não foi a lugar algum, com um valor líquido de pouco mais de US\$ 32 trilhões.

Presidente de Angola demite a chefe da petroleira Sonangol e vários outros da família de Eduardo Santos

O governo do presidente angolano João Lourenço, que assumiu no dia 26 de setembro, exonerou Isabel dos Santos da presidência da estatal Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola), empresa responsável pela gestão da maior riqueza do país, o petróleo.

Isabel é filha do ex-presidente José Eduardo dos Santos, que assim como Lourenço, foi eleito pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

A decisão foi anunciada na quarta-feira (15) após diversas exonerações implementadas pela nova administrativa e que envolvem empresas

públicas e outros organismos do Estado herdados do governo anterior.

Além da exoneração de Isabel, Lourenço rompeu o contrato com a empresa Semba Comunicação, de propriedade dos irmãos Welwitshe e José Paulino dos Santos, também filhos de José Eduardo dos Santos, até então responsáveis pela gestão do canal 2 da Televisão Pública de Angola. O único filho do ex-presidente que escapou das exonerações, até agora, foi José Filomeno dos Santos, responsável pela gestão do Fundo Soberano de Angola, que gere ativos estatais tota-

lizando US\$ 5 bilhões.

O Banco Nacional da Angola também passou por mudanças com a exoneração de Valter Filipe, outra indicação do governo Santos. O Secretário Executivo do Conselho Nacional do Sistema de Controle de Qualidade, Jorge Gaudens, também foi afastado em conjunto com o cancelamento dos contratos de análises laboratoriais de alimentos firmados com a empresa Bromangol durante o governo anterior. Segundo a imprensa local, Gaudens e Filomeno dos Santos, outro filho do ex-presidente, eram sócios na Bromangol.

Com o registro de “agente estrangeiro” a consequência é a chantagem contra quem trabalhe ou apareça na RT, sob a alegação de “colaboração com um poder externo hostil”

Num “tapa na cara no direito de livre expressão” – como descreveu um analista -, o governo norte-americano forçou esta semana a RT América, a subsidiária do site de notícias e canal de tevê RT (antes conhecido como Russia Today) a se registrar como “agente estrangeiro” nos EUA, sob pena de prisão de seus dirigentes e confisco de bens.

O que leva para um novo patamar a caça às bruxas desencadeada pelo Macartismo 2.0 pós-derrota eleitoral da desonesta Hillary para o desclassificado Trump, e que recebeu o beneplácito da CIA, CNN, New York Times, Washington Post, da cúpula democrata e até de próceres republicanos para atribuir o resultado eleitoral de 2016 “à intervenção da Rússia e de Putin”, o que rapidamente vem substituindo na Matrix a “guerra ao Terror” como a “suprema ameaça” ao império.

Com menos de 1% das postagens nas redes sociais, sendo metade disso depois do resultado, a RT não teria como ter influído nas eleições como tentam lhe imputar mentirosamente, mas o problema da RT é que, como assinalou o ex-prefeito de Londres, Ken Livingstone, “transmite notícias que são verdades que o governo americano não quer que as pessoas ouçam”. O objetivo é deslegitimar a RT como fonte de notícias, intimidar seus jornalistas e convidados, censurar notícias e estabelecer o precedente para perseguição daqueles que não comungam com a versão oficial da dita “grande mídia”. Quando o rei – isto é, o império – está nu, o mínimo registro da verdade ameaça pôr tudo abaixo.

É impressionante a histeria que toma conta dos círculos imperiais. O relatório da CIA sobre a “ingerência russa” acusa a RT até de ter entrevistado os candidatos a presidente dos partidos que foram excluídos do debate presidencial pela grande mídia, Verdes e Libertários. Também atribui à RT ter insuflado o Occupy Wall Street, por ter registrado sua ocorrência. A tese é de que a Rússia quer manipular e dividir a América, como se fosse preciso alguém vir de fora para trazer racismo, crise dos opiáceos, desemprego, especulação e desindustrialização aos Estados Unidos.

Uma “ong” de endereço na República Checa e financiada pela Fundação Soros divulgou este mês uma lista de 2300 “idiotas úteis do Kremlin”, por darem entrevistas ou escreverem na RT. Entre os nomes citados, estão os renomados jornalistas Seymour Hersh, Julian Assange, Jeremy Scahill, Ed Schultz e Matt Taibbi, assim como os acadêmicos Noam Chomsky e Stephen Cohen, e ainda o cineasta Oliver Stone e o ator Russel Brand. Esta semana, o Daily Mail londrino estampou estrepitosamente em manchete o “endereço da RT em Londres”, como se tratasse de antro criminoso.

Contra a RT foi aplicada uma lei de 1938 criada para impedir a propaganda nazista – de que a RT tem sido uma das plataformas mais críticas, como visto na denúncia dos nazis ucranianos -, sendo que a alegação de que recebe financiamento governamental também se aplica, por exemplo, à BBC, Deutsche Welle, ou Al Jazeera. Sem falar que o governo dos EUA opera internacionalmente a Voz da América, que complementa o serviço pesado levado a cabo pelo “Departamento de Estado

no ar”, isto é, a CNN.

Antes, o macartismo havia avançado por meio da imposição de um regime de censura na internet. A Google mudou seu algoritmo de busca para censurar os sites progressistas e anti-guerra e tirou a RT da sua lista de canais preferidos no YouTube. O Twitter bloqueou todas as propagandas da RT. O Facebook, em depoimento no Senado, endossou a paranoia. Ninguém apresentou prova de nada.

Com o registro de “agente estrangeiro”, a consequência é a chantagem contra quem quer que trabalhe ou se apresente na RT, sob a alegação de “colaboração com um poder estrangeiro hostil”. Imagine-se a situação, com o veterano entrevistador Larry King, ex-âncora da CNN, ou o jornalista premiado com o Pulitzer, Chris Hedge, submetidos a tal coação. Vão chamar Oliver Stone ao Departamento de Justiça para que registre a papelada sobre o “vídeo com o Putin”?

Os federais vão bater na porta dos entrevistados da RT? Entre as exigências decorrentes da lei de 1938, está a de que a RT terá de arquivar no Departamento de Justiça dos EUA uma cópia de tudo o que publica dentro de 48 horas após a transmissão, inclusive nas redes sociais.

“VIOLAÇÃO DA 1ª EMENDA”

Várias personalidades participaram de vídeo da RT refutando o relatório dos “idiotas úteis” – como a líder feminista e anti-guerra, Medea Benjamin, da Codepink, que esteve recentemente na Coreia contra a guerra de Trump. O ex-agente da CIA John Kiriakou, que denunciou a tortura do “Waterboarding”. E personalidades europeias, como o deputado alemão Hansjorg Mueller, o ex-secretário adjunto do ministério de Defesa alemão, Willy Simmer, e o deputado suíço Luzi Stamm.

Para William Binney, um dos maiores denunciantes dos grampos do NSA, trata-se de “uma violação direta da nossa Primeira Emenda à Constituição”. O ex-agente da CIA, Ray McGovern, afirmou que o que distingue a RT “é que nunca me pediu uma entrevista pré-entrevista”, o que é a norma na CBS, NBC, Al Jazeera, que sempre pedem para saber o que irá dizer e, às vezes, após saber, o dispensam. “A RT nunca me perguntou: qual é sua visão sobre isso? Tudo o que eles fazem é dizer: aqui está o link, Mr. McGovern. Nós sabemos que você pode dizer algo sobre isso. Por favor, venha”.

O apresentador e ex-deputado inglês George Galloway advertiu sobre o “perigoso e escuro” caminho de “marcar jornalistas como agentes”. “Se pusermos um grupo de jornalistas e emissoras como agentes estrangeiros, inevitavelmente, todos os jornalistas serão marcados por alguém como agentes estrangeiros”.

Galloway comparou a situação da RT à daquele livro que tentam proibir e sempre vai para o topo da lista dos mais vendidos. “Quanto mais difícil eles tentam tornar, mais popular a RT está ficando – as pessoas a usam como uma espécie de emblema”. “Pode ficar na moda, pode muito bem se voltar contra os caçadores de bruxas – aqueles que estão fazendo tudo que podem para destruir a própria liberdade de expressão, que eles dizem defender”.

ANTONIO PIMENTA

A tentativa de abafar a CPI da Previdência e a fraude do governo para fabricar déficit

Algo estranho, se bem que não inédito, aconteceu com a CPI da Previdência no Senado, que teve como presidente o senador Paulo Paim, e, como relator, o senador Hélio José.

Apesar do intenso trabalho realizado durante nada menos de seis meses, de 31 audiências públicas, de ouvir 140 depoimentos – autoridades, dirigentes de entidades, empresários, membros do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, deputados, auditores, especialistas e professores – e de produzir um extenso relatório, aprovado por unanimidade, apesar de tudo isso, seu andamento, seus debates, e, principalmente, seu resultado, sofreram uma brutal tentativa de abafamento.

O motivo foram as conclusões a que essa CPI chegou. Apenas um trecho:

“Ao longo deste relatório é possível verificar a inconsistência de dados e de informações anunciadas pelo Poder Executivo, que desenham um futuro aterrorizante e totalmente inverossímil. As projeções do Governo levam em conta um envelhecimento da população ex-

gerado, ao passo que consideram um crescimento do PIB muito abaixo da média histórica nacional. Tais falhas exacerbam a previsão futura de necessidade de financiamento do RGPS [Regime Geral da Previdência Social], o que não condiz com a realidade dos fatos”.

Suas conclusões podem ser resumidas em alguns pontos, além deste:

1) O suposto “déficit da Previdência” é uma falsificação – e, em 2016, uma fabricação – do governo.

2) As estimativas que serviram de base para a proposta de reforma da Previdência do governo têm erros e imprecisões. Tomou como base um ano de forte recessão e parâmetros irrealistas, delimitando um futuro caótico.

3) O governo é cúmplice das empresas devedoras da Previdência, as quais, por sua vez, beneficiam-se de uma legislação permissiva.

4) Os recursos previdenciários sofreram significativas apropriações por parte da União, resultando na destinação de dinheiro para outros gastos de interesse do governo. Com

a criação da DRU (Desvinculação de Receitas da União), uma parcela significativa dos recursos originalmente destinados ao financiamento da Previdência foi redirecionada.

5) Há de parte do governo uma recorrente prática de criação de mecanismos de isenção fiscal e paraíso para empresas e entidades diversas, algo que também tem contribuído negativamente para as contas do setor. O Refis, isto é, o parcelamento e o perdão de multas, de juros, de correção monetária e de encargos legais, tornou-se recorrente, com prejuízo da Previdência e da seguridade social.

6) Além do setor privado, as empresas públicas também têm acúmulo de débitos previdenciários que impacta o sistema.

7) A legislação, que é generosa em conceder o perdão de dívidas e oferecer parcelamentos benevolentes aos sonegadores da seguridade, não pode ser rigorosa com o corte da despesa de benefícios dos miseráveis e dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

8) A gestão para concessão e



manutenção de benefícios está sujeita a fraudes e erros que impactam negativamente as contas. Na maioria dos casos, os crimes não são praticados por segurados comuns, mas por quadrilhas especializadas.

Este é o motivo do abafamento. A CPI também elaborou uma série de

propostas para tornar a Previdência mais eficiente e mais justa.

Abaixo, nós condensamos um trecho do relatório da CPI da Previdência, sem pretender que seja um resumo geral – o relatório completo tem 253 páginas.

C.L.



Ao longo desta CPI, compareceram diversas entidades e especialistas que contestaram as contas apresentadas pelo Governo, que apontam para a existência de déficit tanto nas contas da Seguridade Social quanto nas da Previdência.

Não obstante o cenário adverso, a seguridade social apresentou resultado positivo em 2015, apesar da profunda crise econômica e sob o efeito das desonerações concedidas no passado. Segundo as contas apresentadas, e apesar das quedas reais na arrecadação, o Orçamento da Seguridade Social em 2015, apresentou um resultado de R\$ 11,2 bilhões, inferior aos R\$ 55,7 bilhões de 2014.

O governo faz duas operações de subtração de valores. O primeiro refere-se à Desvinculação de Receitas da União - DRU. Esse dispositivo transitório permite ao governo federal desvincular 30% das receitas da seguridade social, ressaltadas as contribuições previdenciárias. A DRU desvinculou R\$ 63,8 bilhões em 2015, conforme dados apresentados pela Entidade, a seguir reproduzidos.

Vale frisar que, no aludido exercício, a DRU vigente era de 20%.

A outra operação de subtração de valores refere-se à desconsideção de recursos resultantes de aplicação financeira dos diversos órgãos da Seguridade Social. As autarquias, fundações e os Fundos da Seguridade Social possuem autorização legal para aplicar seus saldos financeiros e receber rendimentos dessas aplicações.

Podem utilizar esses recursos para cobrir parte de seus encargos. Na Seguridade Social, o caso mais significativo é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que recebe recursos de suas aplicações no BNDES e em outras instituições financeiras. Somente em 2015, essa subtração envolveu R\$ 14 bilhões do FAT.

Nas contas que o Governo apresenta, o Tesouro Nacional se apropria desses recursos, prejudicando patrimonialmente autarquias, fundações e fundos públicos da seguridade.

DESONERAÇÃO

Em relação à desoneração, embora o Governo reconheça a obrigação legal do repasse, essa transferência é tratada como intra-orçamentária, efetivada com recursos da própria seguridade.

A parcela não repassada é calculada a partir de estudos da ANFIP e da Fundação ANFIP e representam a diferença entre o custo total da desoneração da folha e a compensação realizada pelo governo.

Nas contas da seguridade social, o governo acrescenta receitas e despesas dos regimes previdenciários de servidores civis e de pensionistas militares.

O Governo soma as receitas dos regimes próprios para também, de outro lado, adicionar as respectivas despesas, que são muito superiores. O Governo justifica a inclusão ao alegar que o regime dos servidores tem natureza contributiva e a ele são devidas contribuições de servidores ativos, aposentados e pensionistas. Porém a ANFIP discorda desse posicionamento, ao defender que para a seguridade social, o regime previdenciário é exclusivamente o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), conforme disposto no art. 195 da Constituição Federal.

Tal regime [dos servidores] tem fontes de custeio distintas e específicas, que não podem ser empregadas, se superavitárias, para custeio de benefícios do RGPS ou dos demais benefícios da seguridade social.

Além das despesas dos regimes de previdência de servidores e de pensionistas militares, a ANFIP adverte sobre a existência de outras inclusões, todas também questionáveis, tendo em vista serem incompatíveis com o ordenamento constitucional. São exemplo as despesas com inativos e pensionistas de servidores e policiais militares pagos à conta do Fundo Constitucional do DF e também de servidores dos ex-Territórios.

Em relação às despesas dos Encargos Previdenciários da União - EPU - Transferências aponta para a existência de outra distorção, que é o fato de as contribuições dos servidores, e policiais civis e militares do DF, integrem o Orçamento do DF, e as despesas entrem na conta dos regimes previdenciários dos servidores da União.

A ANFIP também defende que a rubrica de “Assistência ao Servidor”, relativa a despesas com os pagamentos dos planos de saúde dos servidores públicos e com o auxílio alimentação, nunca poderia ser considerada como pertencente à Seguridade.

Na visão da entidade, trata-se de encargos patronais e direitos dos servidores. Na mesma situação se encontram os Pagamentos de Planos de Saúde, os quais, afirmam, não podem ser considerados despesas do SUS, assim como o pagamento de auxílio-alimentação também não pode ser considerado como despesa da assistência social. No mesmo caso encontram-se as despesas com Assistência ao Militar, que trata basicamente de ações de saúde prestadas pelos hospitais militares e convênios diversos, as quais, entende, não podem ser classificadas como Seguridade Social.

A ANFIP também encontrou outras despesas as quais denominou “Outras Programações Estranhas”, que englobam múltiplas ações que estão enquadradas no Orçamento da Seguridade Social. Ressalta que em 2015 foram incluídos nessa conta os pagamentos relativos: ao Fundo de Pensão Aéros, resultante de uma sentença judicial de natureza indenizatória; e à contribuição patronal para os fundos de pensão complexo dos servidores públicos, que consideram não ser uma despesa da Seguridade Social.

Por certo, assiste razão às entidades e especialistas ouvidos por esta CPI. Para o cálculo das necessidades de financiamento da seguridade social é necessário incluir os valores retirados pela Desvinculação das Receitas da União - DRU, que, entre 2005 e 2015 subtraiu um total de mais de R\$ 519 bilhões, e somente no ano de 2016 subtraiu R\$ 91,8 bilhões dessa conta.

Nesse mesmo sentido, devem também ser consideradas como receita da seguridade social todas as renúncias fiscais vinculadas a essa esfera orçamentária.

Ao se fazer essas correções, obtém-se uma contabilização das necessidades de financiamento da seguridade mais adequada ao real universo de receitas e despesas relacionadas.

FATORES RELEVANTES

Segundo a metodologia e os dados apurados pela ANFIP, a Seguridade Social apresentou, em 2016, resultado negativo de R\$ 58,998 bilhões, ou seja, o superávit verificado em 2015 converteu-se em um déficit em 2016, resultante de vários fatores relevantes.

Do ponto de vista da despesa, o pagamento com benefícios previdenciários no âmbito do RGPS apresentou acréscimo de R\$ 71,8 bilhões; a despesa com benefícios assistenciais aumentou R\$ 6,2 bilhões, já incluídos os acréscimos com benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social.

No âmbito do programa Bolsa Família, apesar da inversão da política de busca ativa que deu lugar a uma política de cancelamento de benefícios, com a exclusão de 1,1 milhão de beneficiários, em consequência do reajuste dos benefícios a despesa total aumentou em R\$ 570 milhões. As despesas com a saúde aumentaram R\$ 6,3 bilhões. As despesas do FAT sofreram acréscimo de R\$ 7,6 bilhões. Em seu total, as despesas da seguridade social alcançaram R\$ 775,983 bilhões em 2016, com acréscimo total de R\$ 92,926 bilhões.

As receitas, contudo, não acompanharam esse acréscimo. Como consequência da

recessão econômica, o conjunto das receitas da seguridade social aumentou somente 3,5%, ou seja, inferior ao IPCA de 2016, que foi de 6,29%. A receita previdenciária foi duramente atingida pelo aumento do desemprego e da informalidade, com aumento de apenas 1,6%. Apenas a arrecadação da CSLL cresceu mais do que a inflação (14,2%). Em sua totalidade, a receita da seguridade alcançou crescimento de somente R\$ 24,489 bilhões, levando ao saldo a descoberto apontado.

Como destaca a ANFIP, “é a crise econômica que determina as alegadas dificuldades da previdência social; não o contrário”. As perdas acumuladas no PIB, desde 2015, fazem com que o tamanho da economia brasileira, em 2017, tenha retrocedido ao que se verificava em 2011.

No biênio 2015/2016, a indústria caiu 17%, os serviços, 9% e o comércio, 20%. Em 2016, a queda do PIB foi determinada pelo simultâneo comportamento decrescente desses fatores, com uma retração econômica de -3,6% no Produto Interno Bruto, e um déficit primário do setor público de 2,47% do PIB. Esses fatores e a queda de arrecadação de mais de R\$ 150 bilhões, tiveram reflexos drásticos nas contas da seguridade social e no conjunto da Administração Pública.

Segundo a ANFIP,

“Foi exatamente para cortar gastos que o governo patrocinou combinações ruins como o aumento de requisitos para o seguro desemprego em um momento em que quase dois milhões de postos de trabalho formal foram extintos e promoveu a exclusão de um milhão e meio de famílias do Bolsa-Família, quando a renda familiar estava em declínio. Várias ações e programas da educação e da saúde perderam recursos.”

Mesmo nesse cenário, as renúncias fiscais permanecem elevadas. Conforme a ANFIP, “... em 2016, o conjunto das renúncias totalizou R\$ 271 bilhões. Comparativamente ao verificado em 2015, esse valor representa um aumento sobre a arrecadação e sobre o conjunto da economia. Desse total, aproximadamente um terço, R\$ 91,4 bilhões, resultam de medidas aprovadas posteriormente a 2010. Nos últimos anos, a renúncia cresceu em relação ao PIB, principalmente em função da recessão, mas diminuiu em proporção à receita realizada, pelas mudanças ocorridas no último biênio.”

Mas daí a concluir-se que a saída seja a redução de direitos e o desmonte da previdência social pública, vai uma distância enorme. As medidas de ajuste fiscal que vêm sendo implemen-

tadas, como a recente promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 2017, que instituiu o Novo Regime Fiscal a vigorar por 20 anos, longe de superar os problemas decorrentes da crise econômica, pode mesmo vir a agravá-las, pois retira do Estado a capacidade de adotar medidas anticíclicas e promove a redução da despesa pública ao status de única alternativa a ser adotada, mesmo que à custa da extinção ou redução de direitos sociais.

Os gastos mínimos com saúde e educação, que somente poderão ser atualizados pela inflação do ano anterior, não comportarão o aumento da demanda social, resultante do crescimento da população e seu envelhecimento.

Conforme destaca a ANFIP, “o acompanhamento das receitas e das despesas nos últimos 12 anos permite identificar os números [da Previdência] de 2016 como resultantes de fatores conjunturais”. Com efeito, de 2005 a 2016, os números da Seguridade Social produziram, em média, R\$ 50,2 bilhões de superávit anuais, mesmo considerando o resultado negativo de 2016 - único da série.

Mantidos os patamares de receitas havidos em 2013, por exemplo, a diferença de cerca de R\$ 90 bilhões a mais em relação a 2016 reverteria o resultado negativo do exercício e ainda produziria um superávit de mais de R\$ 30 bilhões.

Conforme demonstram os dados, em relação ao PIB, em 2016, as receitas da Seguridade Social representaram 11,5%, um valor pouco inferior aos 11,6% de 2015. Entre 2013 a 2016, porém, houve uma queda generalizada em relação ao PIB, e desde 2015, essa queda estendeu-se também às receitas da Previdência Social, revertendo a tendência de crescimento promovida pela expansão do emprego e da renda em patamares superiores aos da economia.

Assim, conclui a entidade, “A construção de um conceito deficitário para a Seguridade Social cumpre o papel de motivar questionamentos sobre o crescimento dos gastos sociais e sua inviabilidade frente à economia e ao conjunto das receitas públicas. Se, por outro lado, a sociedade tivesse consciência do superávit da Seguridade Social, estaria em uma luta permanente por mais recursos para a Saúde ou ampliação dos direitos sociais. Em relação à previdência, por exemplo, ao invés de cortes em benefícios, ganhariam força os embates pela universalização da cobertura ou por maiores reajustes para os aposentados e pensionistas. Vale lembrar, ainda, a observação feita anteriormente, que os superávits sucessivos poderiam ser utilizados para constituir uma grande

reserva com o objetivo de dar solidez à Seguridade Social.”

DESEMPREGO E SONEGAÇÃO

No caso da Previdência, a ANFIP destaca o fato de que as suas receitas - historicamente desviadas para outros fins - estão aviltadas por inúmeras razões, como o crescimento, desde 2014, do desemprego, das renúncias, da sonegação e da inadimplência que afetam de forma simultânea e negativamente as contribuições previdenciárias.

Ademais disso, desde 2007 a Previdência Social perdeu uma significativa fonte de financiamento, com o fim da CPMF. Em 1999, a alíquota da CPMF foi ampliada para 0,38% pela EC nº 21, dos quais 0,10% seriam destinados ao custeio da Previdência Social. Com o fim da CPMF, a Previdência Social perdeu R\$ 9,5 bilhões (em valores de 2007), o equivalente a 7% das receitas previdenciárias daquele ano.

Todavia, em regra as análises divulgadas pelo Governo desconhecem esses fatores, centrando-se nos impactos futuros do envelhecimento da população e do aumento da despesa com benefícios as suas propostas de reforma, e desconsideram, sobretudo, o fato de que a Previdência Social não deve ser custeada exclusivamente por receitas a ela vinculadas, mas por toda a sociedade, em caráter solidário. Conforme salienta a ANFIP,

“O RGPS demanda recursos extras, mas muito menores do que os praticados internacionalmente. Segundo o IPEA, na média dos países da União Européia, membros da OCDE, os recursos do Tesouro respondem por 36% das despesas previdenciárias - mais do dobro do verificado aqui em 2015 e mais de uma vez e meia a média verificada de 2005 e 2016.”

Assim, propõe a ANFIP: “Para aprimorar o debate previdenciário, seria importante que o conjunto das renúncias previdenciárias fosse discutido. Em sua maioria, essas renúncias não mais correspondem a políticas de inclusão previdenciária ou representam ajustes à capacidade contributiva das empresas ou pessoas. Nesses últimos anos, renúncias previdenciárias foram estabelecidas ou ampliadas em função de outras políticas, como em resposta à desindustrialização, problemas cambiais, entre outros.

“E, nesses casos, o RGPS deveria ser integralmente resarcido. Não se pode exigir equilíbrio financeiro e atuarial, como previsto legalmente, sem a integral e pronta compensação desses valores.”